

Universidade de Coimbra
Faculdade de Economia

Cooperação Sul – Sul: o modelo dos novos atores com
velhos interesses

Lorena Pontes Masri

Mestrado em Relações Internacionais
Economia Política Internacional
Orientação de Paula Duarte Lopes

2009

Índice

Introdução.....	1
1) O enquadramento teórico do debate Regimes – Políticas Externas	7
1.1) Regimes e alterações de Paradigmas.....	7
1.2) Formulação e Motivações das Políticas Externas.....	11
2) O Regime de APD: manutenção ou alteração?	19
2.1) A APD Norte – Sul	19
2.2) A APD Sul – Sul.....	22
2.3) A visão da APD Norte em relação à APD Sul e vice-versa	27
3) Relação APD – Política Externa: instrumentalização e motivações comuns ao Sul e ao Norte?.....	33
3.1) A APD na política externa dos ‘doadores tradicionais’	33
3.2) A APD na política externa dos ‘novos doadores’	36
3.2.1) <i>Contextualização socioeconômica da APD Sul – Sul</i>	36
3.2.2) <i>Contextualização política da APD Sul – Sul</i>	39
3.3) Manutenção do Regime de APD: a similaridade das motivações.....	42
4) O Brasil e a APD Sul – Sul	49
4.1) A política brasileira de desenvolvimento.....	49
4.2) Brasil enquanto doador de APD.....	58
Conclusão.....	72
Anexo I	78
Bibliografia	91

Introdução

As iniciativas de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), estabelecidas entre Estados soberanos que, por sua vez, estão integrados no sistema internacional, têm como princípio basilar da sua existência a busca por respostas aos problemas de subdesenvolvimento e pobreza. Neste âmbito, toda discussão a volta deste tema é permeada pelo próprio conceito de desenvolvimento e pelos diferentes entendimentos dos caminhos e modelos através dos quais os países e as sociedades o alcançam.

A APD é entendida neste trabalho como a ajuda disponibilizada pelas entidades públicas dos países doadores aos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) cujo objetivo primordial é contribuir para o bem-estar da população e para o desenvolvimento econômico, sendo fornecida em condições financeiras favoráveis aos beneficiários, ou seja, diferentes das presentes no mercado de crédito. Esta pode configurar-se como cooperação técnica, ajuda a programas e projetos, disponibilização de equipamentos, produtos ou aprovisionamento e ações de investimento. Em resumo, os fluxos de APD podem ter a forma de transferência de montantes financeiros, serviços ou produtos, através de doativos ou empréstimos. Do mais, os PVD são aqui entendidos como países que apresentam um rendimento médio ou baixo que, por sua vez, é definido com base no Produto Interno Bruto *per capita* nacional.

A APD constitui a mais importante componente do sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, correspondendo a 70% de todos os esforços disponibilizados internacionalmente para o desenvolvimento ou para questões humanitárias (Riddell, 2007). A APD pode ser disponibilizada via relações bilaterais ou multilaterais, sendo que a bilateral é dirigida, pelo Estado doador, diretamente ao país beneficiário através da sua respectiva agência nacional enquanto as iniciativas multilaterais dirigem-se aos países beneficiários através de uma organização internacional. Tendo em conta que $\frac{3}{4}$ de toda APD mundial é realizada bilateralmente (Riddell, 2007), esta constitui o núcleo de análise deste trabalho.

Devido à atual interconectividade das matérias e das áreas de intervenção dos atores estatais à escala internacional, a separação histórica entre *high* e *low politics* deixou de ter o sentido imperativo e rígido que dispunha no passado. Atualmente muito mais pode ser considerado como *high politics*, e não somente as ameaças militares e armadas contra a segurança nacional. Por sua vez, as trocas e os contatos rotineiros entre Estados, as chamadas *low politics*, ganham cada vez mais destaque e atenção devido às suas importantes implicações no relacionamento entre atores (Hill, 2003). Neste contexto, e enquadrada nas *low politics*, a disponibilização de APD por parte de um Estado aparece como um elemento chave do sistema internacional contemporâneo (Riddell, 2007).

Apesar da sua importância quantitativa, as análises dos resultados passados demonstram que respostas muito mais eficazes contra o subdesenvolvimento

poderiam ser obtidas através do comércio, de esforços políticos, do conhecimento científico e da equidade na governação mundial, principalmente na área econômica (Browne, 2006; Pankaj, 2005). Esta constatação não impede, no entanto, que a APD seja um instrumento útil e desejável, embora não perfeito, no combate ao subdesenvolvimento humano (Pankaj, 2005).

Apesar de levar em consideração este primeiro enquadramento, este trabalho não propõe uma reflexão sobre a eficácia da APD enquanto instrumento de desenvolvimento dos seus beneficiários, mas sim, foca-se e analisa a visão, as motivações e a postura dos seus doadores. Para isso, esta pesquisa busca, também, refletir sobre o enquadramento da APD nas políticas externas dos países doadores, tendo como objetivo último identificar o surgimento (ou não) de um novo regime de APD em razão de relevantes mudanças testemunhadas neste campo.

Algumas destas mudanças são decorrentes da ascensão e aumento da importância de um grupo específico de PVD, os Estados emergentes. Estes destacam-se pelas suas positivas performances econômicas e pelo início de um processo de redefinição de seus respectivos papéis e posições no sistema internacional, com vista à defesa ativa dos seus interesses políticos e econômicos. Neste processo de redefinição de posicionamentos no sistema internacional, estes países estão apropriando-se, gradualmente, de alguns instrumentos de afirmação nacional disponíveis no sistema internacional; entre eles encontra-se a APD. Este relacionamento estabelecido pela disponibilização

de APD entre PVD, mais proeminente e visível na última década, foi denominado Cooperação Sul – Sul (ONU, 2005).

O argumento deste trabalho defende que, apesar de existirem pontos de divergência entre a APD Sul – Sul e a APD Norte – Sul, não é possível auferir o surgimento de um novo regime internacional. Esta afirmação baseia-se na replicação dos interesses defendidos pelos doadores através da disponibilização de APD. Esta prática é compartilhada tanto pelos doadores do Sul como do Norte. Assim, é possível afirmar que as motivações para a disponibilização de APD continuam as mesmas do passado, apesar da introdução de novos atores doadores.

Na busca de conclusões e explicações para o argumento proposto, será utilizado o quadro de análise elaborado por Peter Hall (1993). O autor elaborou um quadro analítico que propõe a existência de diferentes ordens de mudança nos 'paradigmas políticos'. Estas mudanças podem ter incidência em três diferentes áreas da interação política dos Estados, os objetivos, as técnicas e os instrumentos, e as especificidades destes dois últimos. A profundidade destas alterações, segundo o autor, tem origem em processos dinâmicos de aprendizado social, em função das experiências do passado e das novas informações disponíveis.

Além disso, e tendo em consideração que a disponibilização de APD não é facilmente compreendida, já que uma infinidade de relações e interesses

envolvem tais iniciativas (Browne, 2006), o processo de construção da pesquisa aqui apresentada exigiu que fossem analisados autores ligados aos estudos do próprio sistema internacional, tais como Strange (1996), Waltz (1979) e Buzan (1995), e à construção das políticas externas nacionais e do comportamento dos atores, tais como Keohane (1969), Hill (2003), Allison (1971), Giddens (1979), Hook (1995; 1996) e Putman (1988). Estas análises de caráter mais abrangente foram, por conseguinte, complementadas por autores dedicados ao estudo da CID e da APD, tais como Axelrod (1984), Sagasti (1999), Browne (2006), Woods (2005) e Dollar (2006).

Em relação à chamada Cooperação Sul – Sul esta pesquisa confrontou-se com um desafio metodológico e empírico. Face à ausência de dados estatísticos fiáveis quanto a sua dimensão, esta pesquisa centrou-se nos seus aspectos qualitativos, tendo como ponto de partida a análise da sua retórica. Para a comprovação das hipóteses aqui levantadas, foi escolhido o estudo de caso relativo à disponibilização de APD pelo Brasil e o seu respetivo discurso referente à Cooperação Sul – Sul. O país é bastante representativo das diversas dinâmicas analisadas neste trabalho já que apresenta-se como um Estado com economia emergente, sendo também um interveniente ativo no sistema internacional, com o objetivo último de defender seus interesses frente aos seus pares.

Este trabalho apresenta-se dividido em quatro grandes capítulos. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico desta pesquisa, dividindo-se entre

a análise dos regimes e das alterações de paradigma e a construção das políticas externas nacionais. O segundo capítulo apresenta um quadro comparativo da APD Norte – Sul e da APD Sul – Sul, buscando compreender as suas coincidências e divergências. O terceiro capítulo, por sua vez, procura enquadrar a disponibilização da APD no âmbito da política externa dos doadores e das suas respectivas motivações. E, finalmente, o quarto capítulo apresenta o estudo de caso desta pesquisa, ou seja, a APD disponibilizada pelo Brasil.

1) O enquadramento teórico do debate Regimes – Políticas Externas

Esta investigação sobre a possível alteração do regime internacional de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) implica perceber, num primeiro momento, que mudanças decorreram da entrada de Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) na qualidade de doadores. Para esse efeito, a primeira parte deste capítulo analisa as teorias de regimes e o enquadramento de alterações políticas proposto por Peter Hall (1993). Posteriormente, este trabalho pretende equacionar as razões desta alteração (ou não) e, nesse sentido, mostra-se necessário estudar as motivações subjacentes à definição de políticas externas de APD. Assim, a segunda parte deste capítulo analisa o quadro teórico de políticas externas *per sei*.

1.1) Regimes e alterações de Paradigmas

Stephen Krasner afirma que "*International regimes are defined as principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actor expectations converge in a given issue-area*" (1982: 1).

O autor entende que as normas e os princípios são a própria constituição do regime. Desta forma, qualquer alteração profunda destes elementos leva ao desaparecimento de regimes vigentes e à nascença de outros novos regimes. Por sua vez, as mudanças das regras e dos processos de decisão são mudanças

internas ao regime. O autor alerta, ainda, que os regimes devem ser vistos como algo mais duradouro que perenes arranjos de circunstância. Eles devem ser entendidos como facilitadores da cooperação entre atores, e não somente como mecanismos de satisfação de interesses de curto prazo (Krasner, 1982).

Estas mudanças decorrem das ações e posicionamentos tomados pelos atores que integram determinado regime. Esta constatação integra-se, desta forma, no debate sobre a dinâmica existente entre o agente e a estrutura. A grande questão deste debate é de saber se os agentes, entidades capazes de decisões e ações num dado contexto, são influenciados pela estrutura, o conjunto de fatores que constroem o ambiente onde atuam os agentes e que condicionam a natureza das escolhas e os limites do possível, ou vice-versa (Waltz, 1979). Este debate é um dos mais complexos das ciências sociais, e cuja conclusão ainda não foi encontrada¹. Nos estudos sociológicos de Anthony Giddens (1979), é reconhecida a existência de uma constante interação entre agente e estrutura, sendo o ator formado pela estrutura e a estrutura moldada pelo ator.

Peter Hall (1993) contribui para esta análise através dos estudos políticos comparativos e da sua constatação de que o Estado possui um papel fundamental na construção das políticas públicas e, por extensão, dos regimes

¹ Nesta breve análise sobre as interações entre agente e estrutura, parece válido lembrar as colocações de autores como Barry Buzan (1995) e Walter Carlsnaes (1993). Ambos alertam para a importância dos níveis de análise, ou seja, todo modelo de explicação deve ter em conta a natureza do objeto que estuda. Assim, cada unidade de análise deve ser estudada em seus próprios termos.

internacionais. Por sua vez, estas construções são, segundo o autor, o resultado de um processo de aprendizado social. Assim, as interações entre Estados no sistema internacional e seus respectivos posicionamentos políticos são resultado de processos dinâmicos de aprendizado mútuo e de interação.

O processo de aprendizado e, por consequência, de mudança inicia-se com a análise dos posicionamentos anteriores. Toda política pública e todo regime têm, por isso, origem na análise do passado e nas lições aprendidas. Hall afirma que as políticas públicas são mais influenciadas pelo passado do que pelas condições sociais e econômicas presentes (Hall, 1993). Assim, o processo de aprendizado social, empreendido pelos Estados, é definido como "*A deliberate attempt to adjust the goals and techniques of policy in response to past experience and new information*" (Hall, 1993: 278).

Do mais, as mudanças de políticas públicas e dos regimes podem incidir sobre três níveis diferentes: (i) o macro objetivo, (ii) as técnicas utilizadas e os instrumentos disponíveis e (iii) as especificações dos instrumentos (Hall, 1993). Por consequência, a incidência da mudança em cada um destes níveis foi caracterizada por Hall (1993) segundo ordens de grandeza.

As mudanças nas especificações dos instrumentos são definidas como mudanças de primeira ordem. As alterações tanto dos instrumentos como das suas especificações são classificadas como mudanças de segunda ordem. Por fim, uma mudança mais radical, que incluía alterações na hierarquia dos

objetivos, adoção de novas técnicas e instrumentos, cujas especificidades são também diferenciadas, é reflexo de uma alteração de terceira ordem e portanto de paradigma político ou, por analogia, de regime (Hall, 1993).

A existência de uma diferenciação entre as possíveis mudanças resulta da profundidade do processo de aprendizado social num determinado regime e do peso das ideias que o compõem. Estas ideias são, por sua vez, também influenciadas pela natureza dos problemas sobre os quais incidem (Hall, 1993).

As mudanças de primeira e segunda ordem constituíram a 'ciência normal', nomeada por Thomas Khun (1970), enquanto a mudança de terceira ordem constituiria uma real alteração de paradigma. Assim, enquanto as mudanças de primeira e segunda ordem permitem identificar uma linha de continuidade nas políticas e nos regimes, as mudanças de terceira ordem são o resultado de uma alteração profunda e basilar. Acresce, ainda, que as mudanças de índole mais superficial não implicam que haja uma mudança de terceira ordem (Hall, 1993).

A raridade da existência de mudanças de terceira ordem justifica-se pela necessidade de uma congruência muito grande de fatores, tais como, a identificação de anomalias e disfuncionalidades, a homogeneização das opiniões em relação à mudança, o poder de intervenção dos atores envolvidos e interessados na mudança, o desaparecimento da coerência, a perda de autoridade dos defensores do antigo paradigma.

Tendo em consideração a identificada relação existente entre agente e estrutura, as condicionantes que caracterizam as mudanças de regime, e o argumento desta pesquisa, faz-se necessária uma análise sobre as motivações das políticas externas nacionais. Esta necessidade nasce do pressuposto de que os atores interagem no sistema internacional, causando ou não alterações nos regimes, através de suas políticas externas. Desta forma, uma breve análise sobre a sua formulação e componentes auxilia a identificação e a caracterização dos comportamentos estatais aqui estudados.

1.2) Formulação e Motivações das Políticas Externas

Christopher Hill definiu a política externa como "*The sum of official external relations conducted by an independent actor (usually a state) in international relations*" (2003: 3). Esta definição é, a primeira vista, bastante vaga. No entanto, ela possui a qualidade de fazer transparecer a complexidade do processo de construção e definição das políticas externas nacionais, tanto em razão dos atores envolvidos à escala nacional, como da transversalidade e abrangência dos temas nela incluídos. Estas características vêm enfatizar o caráter complexo e integrador das relações internacionais e a necessidade de existir um esforço de coerência por parte dos atores quando da sua atuação no sistema internacional e nos regimes em que se inserem.

Vale lembrar que as relações internacionais seguem lógicas distintas, mas interligadas. Entre estas se encontram (i) a lógica econômica, referente às

estruturas de investimento, de produção e do comércio, (ii) a lógica política, no âmbito da organização do sistema e da alocação dos recursos, e (iii) a lógica do conhecimento (Hill, 2003). O posicionamento dos Estados no sistema internacional, e suas atitudes de autoridade ou dominação, são reflexos das suas prestações em cada uma dessas várias dimensões (Hill, 2003).

Num quadro alargado, o poder constitui um conceito fundamental das relações entre Estados soberanos. Este pode ser entendido de três maneiras diferentes, (i) como um fim em si mesmo, (ii) como um instrumento ou moeda de troca ou (iii) como contexto ou estrutura (Hill, 2003).

No âmbito da primeira possibilidade, ou seja, considerando o poder como fim, supõe-se que os atores visam maximizar seu poder individual, com o objetivo de controlar os outros, aumentar seu prestígio ou retirar benefícios das oportunidades decorrentes. A vontade de coagir ou dominar está intrínseca neste posicionamento. Na segunda vertente, de poder como instrumento, este é visto como um meio para alcançar objetivos derivados de outros valores, como a segurança, o prestígio, a prosperidade e a identidade. Para o poder como contexto, são expressivos os estudos de Susan Strange (1996) tendo vista que a autora percebe o próprio sistema internacional através do poder estrutural. Nesta lógica, o sistema internacional tem por base quatro aspectos, (i) o financeiro, (ii) o da segurança, (iii) o do comércio e (iv) o da informação.

Por conseguinte, um Estado que domine uma ou mais destas estruturas teria um papel determinante no sistema internacional².

Apesar destas diferenças, o poder mantém sempre sua constante relacional, ou seja, este só possui valor quando reconhecido por outros atores. Em conclusão, o poder nunca atua num vácuo, sendo sempre exercido sobre algo ou alguém, no quadro de um propósito definido. Esta busca pelo poder é o objetivo último das políticas externas dos Estados soberanos.

Tradicionalmente, os Estados procuram influenciar o sistema internacional, as ações e as decisões dos seus pares através das duas facetas do poder, o *soft power* e o *hard power*. As ações que são exercidas através do *hard power* são de natureza coerciva, imediata e mesmo física. Por sua vez, as iniciativas derivadas do *soft power* são mais indiretas, trabalhadas a longo prazo, com maior primazia da persuasão do que da força (Hill, 2003). A diferenciação entre ambas está ligada à relação dinâmica entre o poder e a influência de cada ator.

Os recursos, a capacidade e os instrumentos dos atores internacionais são as componentes que determinam os limites e o impacto das suas ações no sistema internacional (Hill, 2003). Estes mesmos elementos estão disponíveis para a construção da política externa. Os recursos podem ter relação com a história e

² Susan Strange (1996) também deixa claro que estes quatro aspectos do poder já deixaram de ser exclusivos da atuação do Estado, podendo também ser exercidos por atores não estatais.

a geografia dos Estados, suas reservas naturais, seu tamanho territorial e populacional ou seu grau de desenvolvimento. Por sua vez, as capacidades são o reflexo dos serviços armados nacionais, do desenvolvimento tecnológico, educacional e econômico do país. Finalmente, os instrumentos à disposição dos Estados são resultado do poder projetado através das capacidades diplomáticas, militares, econômicas e culturais. Por conseguinte, as estratégias de *hard* ou *soft power* são adotadas pelos Estados conforme a necessidade e os objetivos a atingir através da sua política externa (Hill, 2003).

Na década de 1970, Kenneth Waltz (1979) acrescentou argumentos aos debates teóricos das Relações Internacionais através da chamada corrente neo-realista³, proponente da análise do sistema. Para Waltz (1979), o sistema internacional é dominante em todas as relações, sendo a 'balança de poder' a lógica regente das atitudes dos atores. A 'balança de poder' pressupõe que o sistema internacional mantém-se em equilíbrio face à existência de 'polos de poder' que se neutralizam. Esta polaridade, e consequente equilíbrio, assegurariam a paz e estabilidade do sistema internacional. Assim, seria do interesse de todos a manutenção de uma 'balança de poder' equilibrada.

Por sua vez, Graham Allison (1971) afirma, através do 'modelo de ator racional', que apesar do Estado ser um ator unitário de decisão, os critérios para a

³ Será necessário também afirmar que sempre existiu, no âmbito da teoria realista, o debate sobre a origem da busca pelo poder. Esta poderia encontrar-se na própria natureza humana, no Estado ou na ausência de leis ou constrangimentos no sistema internacional.

elaboração da política externa estão em aberto, podendo modificar-se em função do contexto⁴ (Hill, 2003). Atualmente é ingênuo pensar que as estratégias nacionais e políticas externas encontram-se somente na lógica da cooperação ou não-cooperação. Estas estratégias baseiam-se, muitas vezes, na lógica do ganho relativo ou do maior ganho possível dentro dos objetivos previamente definidos (Fearon, 1998; Axelrod, 1984). Desta constatação deriva a identificação de um posicionamento pragmatista por parte dos Estados quando da definição e aplicação das estratégias de política externa.

Num ambiente internacional onde, supostamente, o poder e a disputa são preponderantes, a teoria da cooperação, também denominada institucionalismo neoliberal, vem questionar-se sobre quando e como Estados soberanos cooperam, em benefício mútuo, num contexto de anarquia, ou seja, sem governação supranacional (Fearon, 1998). No entanto, é preciso ter consciência que a cooperação entre Estados pode refletir interesses partilhados sem ser, imperativamente, o resultado de uma harmonia de interesses (Browne, 2006). Estes interesses respondem, por sua vez, ao conceito de interesse nacional e à responsabilidade única e coletiva do Estado. Desta forma, os verdadeiros objetivos nunca estão verdadeiramente expostos e explicados, já que existe

⁴ Por exemplo, o modelo de análise denominado 'dilema do prisioneiro' demonstra a dificuldade existente na construção de um ambiente colaborativo. As possibilidades de barganha, de retaliação e de cooperação futura apresentam, aos atores, situações e contextos pouco óbvios. Axelrod (1984) afirma que questões de coordenação internacional engendram mais facilmente atitudes colaborativas que as questões políticas, econômicas ou diplomáticas.

uma gigantesca dificuldade em definir o interesse nacional ou *la raison d'état*. Toda a análise será sempre subjetiva, relacionando-se com as áreas da ideologia, dos valores e dos interesses privados, não sendo possível, conseqüentemente, demonstrar o interesse nacional em termos de poder, segurança, prosperidade ou independência⁵ (Hill, 2003).

Christopher Hill (2003) identifica algumas motivações para as políticas externas nacionais, como a proteção dos cidadãos e da identidade nacional no estrangeiro, a *homeostasis*⁶, a prosperidade e o crescimento econômico, o comprometimento com o bem-estar de indivíduos não-nacionais, a manutenção de uma ordem internacional estável e a proteção dos *global commons*.

Ao analisar políticas externas nacionais deve-se ter a consciência que estas seguem uma lógica de coerência e continuidade com a política interna, os valores e os interesses dos Estados. Elas refletem as expectativas nacionais quanto à busca da concretização de objetivos específicos ou de modelagem do sistema internacional a maneira que lhes pareça mais correta ou mais conveniente (Hill, 2003).

⁵ Esta análise pode ser aprofundada recorrendo-se aos estudos de James Rosenau, nomeadamente no seu artigo *The national interest in the scientific study of foreign policy*, publicado em 1971.

⁶ *Homeostasis* define-se como o esforço de manutenção da integridade territorial nacional e a paz social contra ameaças externas.

Neste âmbito, Robert Putman (1988) elaborou o modelo *'two-level game'* com o qual explica as negociações realizadas pelo Estado no momento da elaboração das suas estratégias. As negociações que o Estado estabelece devem ser realizadas entre o nível interno e o externo, ou seja, as políticas externas nunca podem ser separadas do contexto interno, e vice-versa. A política externa tem suas fontes na política interna e a política interna é influenciada pela política externa e o contexto internacional. Por outro lado, a compreensão das ações estatais só estará completa através da análise de outras duas interações, (i) entre a posição internacional do Estado e seu contexto nacional, e (ii) entre o problema e a natureza do processo de decisão utilizado para enfrentá-lo.

Como visto até agora, a política externa dos Estados deve ser vista como o esforço em seguir, a nível internacional, uma estratégia mais ampla e abrangente. Esta é, conseqüentemente, delineada em função da racionalidade do ator, dos seus objetivos e dos instrumentos disponíveis. Em conclusão, a política externa deve ser vista como o resultado da coordenação das atividades do ator internacional, com vista a convergirem no objetivo final do Estado definir-se a si mesmo face ao mundo exterior (Hill, 2003).

Conclusão

Este capítulo analisou as teorias de regimes e o modelo de alterações políticas proposto por Peter Hall (1993), além de enquadrar a relação agente – estrutura através do prisma das motivações que definem a política externa.

Primeiramente, foram identificados os quatro elementos constituintes dos regimes internacionais propostos por Krasner (1982), (i) os princípios, (ii) as normas, (iii) as regras e (iv) os processos de tomada de decisão. A identificação destas componentes complementou a análise sobre as mudanças dos/nos regimes, nomeadamente através dos três níveis propostos por Hall (1993), (i) primeira ordem, (ii) segunda ordem e (iii) terceira ordem.

Visto isso, e supondo que as alterações dos/nos regimes dá-se através da atuação e escolha dos atores neles envolvidos, fez-se necessário um enquadramento sobre a construção das políticas externas nacionais. Estas últimas encontram-se permeadas por diversas lógicas, nomeadamente a política, a econômica e a do conhecimento, compreendendo-se que a ação do Estado é fortemente condicionada pela busca de um maior poder e influência de atuação no sistema internacional.

Os elementos que foram aqui enquadrados constituem a base teórica que sustentam a análise sobre o regime internacional de APD e sua alteração (ou não) decorrente da entrada de novos atores na qualidade de doadores e o estabelecimento da APD Sul – Sul.

2) O Regime de APD: manutenção ou alteração?

Tal como explicitado na introdução, este trabalho visa refletir sobre a Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) disponibilizada no quadro bilateral Sul – Sul, e a consequente alteração (ou não) deste regime internacional. Neste sentido, este capítulo propõe-se a identificar as suas particularidades, traçando um paralelo com a APD disponibilizada no quadro Norte – Sul, a qual tem caracterizado o regime internacional de APD.

Com vista a atingir este objetivo, a dinâmica de concessão e recepção de APD é entendida como um regime internacional tal como definido por Stephen Krasner (1982) e, por isso, será analisada neste capítulo através dos próprios elementos constituintes dos regimes internacionais, ou seja, os princípios, as normas, as regras e os processos de tomada de decisão.

2.1) A APD Norte – Sul

A disponibilização de APD Norte – Sul está, historicamente, ligada à reconstrução do pós-segunda guerra mundial, à guerra-fria e ao processo de descolonização. Do mais, a multiplicação de doadores bilaterais, a partir da década de 1960, fez aumentar a necessidade de coordenação, no objetivo de impedir que a disponibilização de APD alimentasse conflitos de interesse desnecessários (Jacquet, 2006).

Neste cenário surge, no ano de 1960, o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O CAD busca, desde então, harmonizar e encorajar as iniciativas bilaterais de APD (OCDE s/a), e seus integrantes⁷ são, por conseguinte, chamados de 'doadores estabelecidos' (Woods, 2008).

De início, os doadores acreditavam que as dificuldades de desenvolvimento dos países estavam ligadas à ausência de recursos financeiros e fluxos privados de investimento (South Centre, 2008). Como consequência, as iniciativas de disponibilização de APD Norte – Sul pressupõem, desde então, que estas interações só têm lugar devido à existência de partes desiguais, ou seja, um doador fonte de recursos e conhecimentos técnicos e um beneficiário passivo e menos desenvolvido. Este posicionamento também é justificado pela suposta obrigação, moral ou pragmática, sentida pelos Estados mais desenvolvidos em ir ao socorro das necessidades de povos mais carenciados (South Centre, 2008). Em conclusão, estes dois aspectos são identificados neste trabalho como os princípios que regem a APD Norte – Sul.

⁷ Atualmente, vinte e três Estados fazem parte do CAD da OCDE: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos da América e a Comissão das Comunidades Europeias. Estão em negociações, para futura integração no grupo, os seguintes países: Chile, Israel, Estônia, a Rússia e a Eslovênia.

Neste âmbito, diversos consensos de doadores bilaterais foram sendo criados. A cada década, eram indicadas novas, e diferentes prioridades. Se nos anos de 1980, os doadores centravam seus programas em conceitos como a estabilização econômica e o ajustamento estrutural, em 1990 o foco encontrava-se no estabelecimento de instituições democráticas estáveis e na redução da pobreza. Já no século XXI, os discursos centram-se na saúde e nas questões sociais, sintetizados através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁸, além do encorajamento das parcerias público – privadas (Woods, 2005). Este alinhamento ou consensos criados entre os doadores, e os esforços para a sua promoção são aqui identificadas como as normas da APD Norte – Sul.

Do mais, a APD Norte – Sul esteve, desde o seu início, envolta em iniciativas de ajuda ligada e na aplicação de condicionalidades⁹. A primeira configura-se como a imperatividade de importação, por parte do beneficiário da APD, de produtos e tecnologias provenientes do doador (Saksena, 1985). Por sua vez, as condicionalidades configuram-se como exigências, de natureza política, econômica ou mesmo comercial, impostas pelos doadores aos receptores no

⁸ Definidos, no quadro da Organização das Nações Unidas, em 2000.

⁹ O exemplo mais marcante da política de condicionalidade, e da sua homogeneização entre os doadores, foi o chamado Consenso de Washington. Entre 1980 e 1990, os países desenvolvidos alinharam-se em torno da publicidade de políticas neoliberais e divulgaram, principalmente em países da América Latina, práticas de disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização comercial, desregulamentação e privatização. Mesmo que os Estados doadores tivessem as suas próprias políticas de APD, todos buscavam se enquadrar neste modelo aplicado pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

momento de uma transferência de APD. A justificativa dos doadores para estas aplicações baseia-se na descrença de que os beneficiários são entidades capazes de gerir de maneira correta e eficiente a APD disponibilizada, e conduzir, assim, seu próprio desenvolvimento. A aplicação das condicionalidades, uma das mais fortes características da APD Norte – Sul é classificada neste trabalho como a sua grande regra.

A APD Norte – Sul encontra-se enquadrada na política externa dos países doadores. Tendo em consideração que a APD é um ato voluntário, já que nada obriga os doadores a realizar tais iniciativas, e que as mesmas acarretam custos até bastante significativos num orçamento estatal, é possível afirmar que esta deriva forçosamente de uma decisão política (Riddell, 2007; Berthélemy, 2006). Como visto no capítulo anterior, diversas motivações influenciam a construção das políticas externa e, por conseguinte, a disponibilização de APD. Assim, identifica-se esta dinâmica de defesa de interesses, através da respetiva política externa, como o processo de decisão relativo à APD Norte – Sul.

2.2) A APD Sul – Sul

A história da APD Sul – Sul não é recente. Foi já na década de 1970 que os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) solicitaram que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborasse formas de estimular a cooperação, principalmente técnica, entre o grupo. Por consequência, a APD Sul – Sul acabou sendo instituída oficialmente em 12 de Setembro de 1978,

com a assinatura do Plano de Ação de Buenos Aires, resultado da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (Cervo, 1994; MRE s/a).

Neste contexto, a Unidade Especial de Cooperação Sul – Sul do PNUD foi criada em 1978, para fazer face ao aprofundamento das relações Sul – Sul, tanto de caráter governamental como do sector privado e da sociedade civil (ONU, 2005a; 2004; MRE s/a). Diversas iniciativas de encontros e fóruns realizados entre os Estados cooperantes do Sul tiveram lugar em paralelo à disponibilização de APD bilateral, tal como o G77¹⁰ e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África¹¹ (NEPAD) (ONU, 2005; 2007).

Analistas afirmam que a APD Sul – Sul alcançou o montante de 8.5 bilhões de dólares americanos no ano de 2006 (Woods, 2008). Este esforço financeiro é de iniciativa dos chamados ‘novos doadores’ que, apesar desta denominação, iniciaram suas políticas de APD há muitas décadas¹². Os países que apresentam-se como importantes dinamizadores da APD Sul – Sul, e que vêm

¹⁰ O G77 foi estabelecido em 1964, quando da realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), momento onde 77 Estados assinaram uma Declaração Comum que constituía o Grupo. Atualmente 131 Estados fazem parte do G77.

¹¹ O NEPAD teve origem no mandato proferido pela União Africana (UA) para que a África do Sul, a Argélia, o Egito, a Nigéria e o Senegal elaborassem um quadro socioeconômico integrado para o desenvolvimento do continente africano. O documento estratégico foi aprovado em 2001, aquando da 30ª Cimeira da UA.

¹² Consta que, durante o período de 1974 a 1994, os Estados árabes disponibilizaram uma média de 13.5% de toda APD mundial, enquanto a República Popular da China vem disponibilizando APD desde 1949, tendo iniciado em 1950 uma política especificamente dirigida ao continente africano (Woods, 2008).

aumentando o montante das suas APD em direção a outros PVD, são a China, os Emirados Árabes Unidos, a Arábia Saudita, a Coreia do Sul, a Venezuela, a Índia, o Kuwait, a Federação Russa, Taiwan e o Brasil (Ortiz, 2008; South Centre, 2008). No entanto, merece destaque a APD disponibilizada pelos Estados potências econômicas emergentes, ou seja, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China.

O perfil destes 'novos doadores' levanta, desde o início, questões quanto à sua própria caracterização enquanto PVD. Estes países encontram-se em níveis de desenvolvimento muito superiores à maioria dos PVD beneficiários da APD Norte – Sul, sendo muitas vezes caracterizados como potências emergências, já que apresentam economias nacionais em plena ascensão. No entanto, esta constatação não impede que estes continuem a integrar-se, simultaneamente, no regime de APD enquanto beneficiários Norte – Sul e doadores de APD Sul – Sul (Riddell, 2007:1). Esta postura, tanto de doador como de beneficiário, faz com que estes atores se tornem importantes intervenientes neste regime internacional, já que interagem e defendem seus interesses em ambas as situações, tanto junto dos 'países mais desenvolvidos como junto dos PVD.

O discurso dos 'novos doadores' busca a construção de laços de confiança e a definição de orientações para este relacionamento entre Estados, publicitando fortemente o respeito pela soberania, a igualdade, a integridade territorial, a não-agressão, a não-ingerência nos assuntos internos, o benefício mútuo e a coexistência pacífica (Woods, 2008; Oliveira, 2006).

A retórica dos 'novos doadores' afirma que ambos os participantes do fluxo de APD, tanto doador como beneficiário, possuem elementos a auxiliar o desenvolvimento do outro. Por consequência, os conceitos defendidos remetem à partilha de experiência e boas práticas no quadro das capacidades institucionais, humanas e tecnológicas, com vista à replicação de soluções para problemas semelhantes (Africa 21, 2008; ONU, 2004, 2005a). "*South – South Cooperation encompasses an exchange of successful experiences and practices. It is based on techniques and technologies more adapted to the levels of development existing in developing countries*" (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007: 5). Esta postura de aproveitamento recíproco deste relacionamento Sul – Sul é o princípio basilar da APD Sul – Sul, prevalecendo, assim, uma cooperação horizontal. Esta apresenta-se como grande elemento distintivo da APD Norte – Sul. A APD Sul - Sul busca, com este posicionamento, afastar-se do domínio do assistencialismo, e sublinhar, desta forma, uma característica de horizontalidade e reciprocidade (ABC s/a).

Por conseguinte, a APD Sul – Sul não estabeleceu, até agora, nenhuma ligação direta com nenhum modelo particular de desenvolvimento económico ou de administração pública. Desta forma, os 'novos doadores' defendem que os beneficiários devem identificar e divulgar suas próprias necessidades, posicionando-se, desta forma, numa lógica de *demand-drive* (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007). Esta postura apresenta-se como norma na APD Sul – Sul.

Os 'novos doadores' auto declamam sua atuação como "*non profit-oriented or involving tied-aid*" (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007: 2). Assim, esta publicita-se como sendo não-vinculada, sem fins comerciais e sem necessidade de pré-investimento (MRE, 2007). Este discurso apresenta o afastamento da prática de ajuda ligada como a regra primeira das iniciativas Sul – Sul.

Por outro lado, o processo de tomada de decisão é identifica na retórica da APD Sul – Sul como um processo construtivo e recíproco, que responde aos desígnios e necessidades identificadas pelos beneficiários. Por conseguinte, os 'novos doadores' até demonstram uma certa apreensão na utilizam da terminologia APD, preferindo posicionarem enquanto cooperantes, facilitadores de consultorias, treinamentos e eventual doação de equipamentos, tendo por base a suposta similaridade dos problemas que afetam a globalidade dos PVD (ABC s/a).

Em conclusão, os 'novos doadores' afirmam na sua retórica uma

Uniqueness of South – South Cooperation: its supplementary nature in regard to the traditional development assistance provided by developed countries, its own concepts and commitments, which are exclusives and inherent to the countries of the South, as well as the full ownership of its agenda by Southern countries. One should not apply to South – South Cooperation the same conceptual approach used in North – South Cooperation. (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007: 5)

Pode-se reter, deste exercício comparativo, algumas diferenças entre a APD Norte – Sul e a APD Sul – Sul. Vale recordar que, face à ausência de dados quantitativos, esta análise foi elaborada primordialmente com base em elementos discursivos e autoproclamados. Essa característica alinha-se com a premissa inicial deste trabalho, ou seja, que a APD enquadra-se nas políticas externas nacionais. Estas últimas, por sua vez, utilizam-se da retórica para defesa dos seus interesses e definição de posicionamentos.

2.3) A visão da APD Norte em relação à APD Sul e vice-versa

A APD disponibilizada no quadro Sul – Sul complementa um panorama de decepção dos beneficiários face aos programas de APD disponibilizados pelos 'doadores estabelecidos' nas últimas décadas (South Centre, 2008). Esta decepção é baseada em diversas más experiências do passado ou promessas não cumpridas.

O compromisso firmado pelos países desenvolvidos de redobram os valores da APD destinada à África até 2010 e de remodelarem o modelo de CID, para que este permita uma maior apropriação dos benefícios criados pelas iniciativas e uma melhor coordenação das iniciativas globais neste âmbito, não foi, até agora, cumprido apesar de terem ocorrido importantes iniciativas de perdão de dívidas internacionais nos últimos anos (Woods, 2008).

Os PVD demonstraram, por diversas vezes, o seu desejo pelo aumento dos montantes da APD, pela redução das condicionalidades, pelo acréscimo de coordenação e alinhamento e mesmo por uma reforma profunda deste regime internacional (Woods, 2008). Estas insatisfações acabaram não sendo substancialmente respondidas pelos doadores; razão que explica, em parte, a atratividade da APD Sul – Sul (Woods, 2008).

Face a esta APD alternativa, os beneficiários começaram a não se restringirem as chamadas *'burden aid'*, na expressão de Woods (2008). Esta *'burden aid'* é identificada, pelos beneficiários, como a APD promotora de ajuda ligada e impositora de inúmeras condicionalidades, tanto políticas como económicas e comerciais. Ao desviarem-se destas práticas correntes no regime de APD, os beneficiários buscam evitar serem demasiadamente constrangidos pelas condicionalidades e condições de empréstimo¹³ dos 'doadores estabelecidos' (Woods, 2008).

Throughout this time western donors have treated criticisms of conditionality as the unwarranted complaints of patients unwilling to take medicine which is good for them. This attitude has magnified the resentment felt by aid recipients and made them all the more receptive to the different approach taken by emerging donors. (Woods, 2008: 13)

¹³ Do mais, o modelo de aplicação de condicionalidade se mostrou ineficaz face aos resultados esperados em cada disponibilização de APD. De 305 programas aplicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 1979 e 1993, 53% não alcançaram seus objetivos, sendo que nem 20% das condicionalidades por eles exigidas foram implementadas (Woods, 2008).

Os projetos financiados através de APD disponibilizadas pelos doadores desenvolvidos têm sido entendidos pelos seus beneficiários, nos últimos 25 anos, como desalinhados das suas prioridades, sem dizer mesmo necessidades. Os diversos e sucessivos 'consensos de doadores' (Woods, 2008) têm diminuído, cada vez mais, as expectativas e o compromisso dos beneficiários em fazer avançar sustentadamente os projetos propostos pelo Norte.

Existe, até agora, um consenso de que as iniciativas Sul – Sul possam vir a ser criadoras de uma maior eficiência e efetividade da APD, já que enfatiza a apropriação dos recursos e resultados por parte dos beneficiários através de parcerias inclusivas (ONU, 2005). No entanto, os 'novos doadores' caracterizam-se por disponibilizarem a APD nos seus próprios termos, ou seja, não compartilhando os desígnios nem participando do CAD da OCDE (Woods, 2008; 2005).

Por conseguinte, os 'doadores estabelecidos' temem que esta APD vinda do Sul esteja a encorajar políticas de desenvolvimento desestruturadas, fazendo diminuir as expectativas e os resultados das iniciativas internacionais passadas de desenvolvimento, ou seja, da APD Norte – Sul; além de agravar as dívidas internacionais dos Estados beneficiários (Woods, 2008). Segundo os doadores do Norte, a APD Sul – Sul é também defensora dos chamados '*rogue states*', na expressão de Noam Chomsky (2000). Este posicionamento gera conclusões alarmistas, tais como a de Moisés Naím ao afirmar que

In recent years, a variety of wealthy, nondemocratic regimes have begun to undermine development policy through their own activist aid programs. Call it rogue aid. It is development assistance that is nondemocratic in origin and nontransparent in practice; its effect is typically to stifle real progress while hurting average citizens. (2007: 96)

O contra-argumento dos 'novos doadores' baseia-se no posicionamento de completa não ingerência nas políticas dos Estados com que lidam (Woods, 2008). Este temor dos 'doadores estabelecidos' encontra sua fonte na esfera econômica, ou seja, as críticas visam atingir o modelo global de desenvolvimento dos países emergentes. A APD disponibilizada por estes 'novos doadores' permite que alguns PVD, que tradicionalmente não receberiam montantes de ajuda semelhantes, consigam angariar recursos financeiros sem a abertura política e econômica geralmente exigida (Woods, 2008).

A further western concern about emerging donors is that their offers of ready money permit poor-country governments to turn down aid that comes with demands that they work to improve good governance, and incorporates adequate environmental and social protections within development projects. (Woods, 2008: 6)

Ngaire Woods (2008) conclui que a APD Sul – Sul não visa alterar as regras do regime estabelecido de APD ou mesmo substituí-lo. Se o autor estiver correto, e conforme a concordância de diversos outros, a APD Sul – Sul não teria como objetivo qualquer oposição ou repulsa ao relacionamento com os países desenvolvidos (Oliveira, 2006; ONU, 2004; Saksena, 1985).

Rather, the revolution taking place is a silent one. By quietly offering alternatives to aid-receiving countries, emerging donors are introducing competitive pressures into the existing system. They are weakening the bargaining position of western donors in respect of aid-receiving countries, exposing standards and processes that are out of date and ineffectual. The

result is a serious challenge to the existing multilateral development assistance regime. (Woods, 2008: 2)

O argumento defendido pelo autor vem complementar o argumento deste trabalho, ao identificar a utilização da APD Sul – Sul como instrumento da política externa dos ‘novos doadores’ para a defesa dos seus interesses e marcação dos seus respetivos posicionamentos no sistema internacional face aos outros Estados, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento.

Conclusão

Este exercício comparativo entre a APD Norte – Sul e a Sul – Sul, baseado em características qualitativas e que utilizou como guia os elementos da definição de Krasner (1982) para os regimes internacionais, permitiu uma melhor apreciação das alterações do regime de APD. Mesma na ausência de comprovações quantitativas, é possível auferir alterações quanto aos princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão com a introdução de novos doadores no regime internacional de APD.

No entanto, e com base no modelo desenvolvido por Peter Hall (1993), não é possível concluir a nascença de um novo regime de APD exclusivo para as iniciativas Sul – Sul. Pode ser, sim, identificada uma mudança de segunda ordem, ou seja, uma mudança nos instrumentos e nas técnicas utilizadas pelo regime. Esta conclusão permite afirmar um caminho de continuidade no regime internacional de APD, já que não houve uma mudança no macro objetivo da

sua existência com a entrada dos 'novos doadores' e o estabelecimento da Cooperação Sul – Sul.

Este macro objetivo continua a ser a defesa dos interesses nacionais, consubstanciados nas políticas externas de cada doador. A manutenção deste entendimento da APD reforça o argumento da não existência de uma alteração de terceira ordem no regime internacional de APD.

3) Relação APD – Política Externa: instrumentalização e motivações comuns ao Sul e ao Norte?

Tendo visto anteriormente que a disponibilização de Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) pelos 'doadores estabelecidos' e pelos 'novos doadores' possuem pontos de convergência e de distanciamento, este presente capítulo visa confirmar que, apesar das alterações identificados, não é possível auferir uma verdadeira e profunda mudança de paradigma no regime de APD. Este argumento é comprovado pelo idêntico enquadramento que tanto a APD Norte – Sul como a Sul – Sul possuem nas políticas externas de seus doadores.

3.1) A APD na política externa dos 'doadores tradicionais'

Sendo então entendida como um instrumento da política externa dos Estados doadores, a APD Norte – Sul apresenta-se, historicamente, como sendo composta por motivações tanto altruísticas como individualistas (Berthélemy, 2006), podendo ser enquadrada em duas grandes linhas da disciplina Relações Internacionais, a corrente idealista e a corrente realista.

A teoria idealista, também conhecida por moralista – legalista, concebe a APD como um promotor internacional da paz e da prosperidade, com o objetivo último de criar um ambiente harmonioso entre as nações, além de advogar que os países desenvolvidos respondem a uma obrigação moral quando da transferência de APD (Riddell, 2007; Woods, 2005). Esta visão é largamente

difundida entre os 'doadores estabelecidos', assim como em organizações multilaterais.

Acredita-se que a APD é fundamental tanto para os países desenvolvidos como para os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD), já que a permanência do subdesenvolvimento é negativa para ambos e para o sistema em si mesmo, correlacionando-se com questões da paz e da segurança no sistema internacional (Pankaj, 2006; South Centre, 2008).

Pode ser apresentada, como exemplo da corrente idealista, a iniciativa do Banco Mundial (BM) de criação da chamada Comissão Brandt¹⁴. Esta buscou enquadrar e guiar as negociações políticas em matéria de desenvolvimento durante as décadas de 1970 e 1980. A Comissão não somente instou os doadores a aumentarem suas respectivas APD para 0.7% do Produto Interno Bruto nacional como enfatizou, crendo ser esta uma atitude mutuamente benéfica, que os valores da APD deveriam ser muito mais significativos (Pankaj, 2006). A justificativa deste argumento encontrava-se na lógica de que, devido à interdependência global, os Estados mais ricos tinham o dever de ajudar os menos desenvolvidos já que toda a não-ação colocaria em risco os seus próprios interesses. A disponibilização de APD foi assim enquadrada por uma

¹⁴ O Relatório da Comissão Pearson, que analisou 20 anos de assistência ao desenvolvimento, foi publicado pelo BM em 1968. A organização também publicou, em 1977, *Comissão Brant: Relatório da Comissão Independente para o Desenvolvimento Internacional*; em 1980, a brochura *North-South: A programme for survival* e, em 1983, *Common Crisis*.

lógica tanto de obrigação moral como de necessidade para o bom funcionamento do sistema internacional (Riddell, 2007; South Centre, 2008).

Estes argumentos são reforçados pelos estudos de David Halloran Lumsdaine (1993). Após analisar os fluxos financeiros transferidos, pelos 'doadores estabelecidos' aos PVD, por meio de programas assistencialistas entre 1949 e 1989, o autor afirma ser impossível qualquer explicação da APD sem o enquadramento das motivações morais e humanitárias dos países doadores. O autor afirma, assim, que a assistência internacional é um 'caso paradigmático' (Lumsdaine, 1993) já que os valores e as ideias levam a inovações de comportamentos e novas práticas. Este afirma, ainda, que o realismo não possui os instrumentos necessários para o estudo da APD já que, facilmente, conduz a um posicionamento determinista e estruturalista.

Contrariamente à anterior argumentação, e descreditando as teses altruístas, a teoria realista¹⁵ concebe a APD como um instrumento para a promoção dos interesses nacionais dos países doadores (Pankaj, 2005). Muitos autores afirmam claramente que a APD é uma forma de patronagem que serve aos

¹⁵ O realismo é tratado de forma mais desenvolvida nas seguintes publicações: *Twenty Years' Crisis: An Introduction to the Study of International Relations* de E. H. Carr, publicada em 1939; *Politics among Nations* de Hans J. Morgenthau, publicada em 1948; *Christian Realism and Political Problems* de Reinhold Niebuhr, publicada em 1953 e *Power Politics* de Martin Wight, publicada em 1946. Esta corrente tem como ponto central a importância do poder num mundo pouco seguro e imprevisível. Sua lógica de compreensão do sistema internacional é primordialmente estatocêntrica, sendo o Estado visto como um ator único e coerente que busca, através de estratégias racionais, a satisfação de interesses nacionais bem definidos (Hill, 2003).

interesses políticos, estratégicos e comerciais dos mais desenvolvidos (Browne, 2006). Assim sendo, ela seria condicionada mais diretamente por estes interesses do que pelas necessidades reais dos beneficiários, subsistindo a questão onipresente de saber quem ganha e retira benefícios em cada iniciativa empreendida no sistema internacional (Riddell, 2007).

A percepção da APD como instrumento dos países doadores também foi analisada pelas teorias do subdesenvolvimento, do imperialismo e da dependência, ambas integradas na corrente estruturalista das Relações Internacionais. As três analisam a APD como parte da relação desigual entre os países desenvolvidos e os PVD. No extremo do leque teórico, a teoria do imperialismo observa a própria APD como um verdadeiro instrumento, mais barato e sutil, do neocolonialismo (Pankaj, 2005).

3.2) A APD na política externa dos 'novos doadores'

As características da APD Sul – Sul não limitam-se somente a sua retórica sobre a horizontalidade e a reciprocidade entre doadores e beneficiários, ela também reflete um contexto de transformação política e socioeconômica tanto dos atores como do próprio sistema internacional.

3.2.1) Contextualização socioeconômica da APD Sul – Sul

A Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que alguns PVD alcançaram, recentemente, avanços significativos no desenvolvimento humano (ONU, 2007).

Estes avanços foram resultado de décadas de investimentos nos sectores da educação, ciência e tecnologia (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007), além do aumento da interdependência dentro e fora de suas fronteiras (ONU, 2007). Todas estas iniciativas conjugadas alinharam-se *“to produce important breakthroughs in poverty reduction and economic growth, supported by innovative responses to a wide range of environmental and social challenges”* (ONU, 2005a: 3).

Além disso, as projeções para o desenvolvimento econômico dos ‘novos doadores’ são extremamente positivas (ONU, 2005a; 2004). A ONU reconhece como marcante o ano de 2003 pois, desde então, alguns PVD foram os mais bem-sucedidos do mundo na área econômica, alcançando grandes aumentos do volume de comércio de seus produtos manufaturados, serviços e matérias-primas (ONU, 2005; Faiola e Kessler, 2008). Em 2004, em conjunto, os PVD conquistaram um superávit de 2% no seu Produto Interno Bruto (ONU, 2005; 2007). Estima-se que, nos próximos anos, o crescimento do conjunto dos seus Produtos Internos Brutos seja duas vezes mais rápido que o dos países desenvolvidos (ONU, 2005a). Alguns economistas, baseados nas teorias da nova geografia do comércio¹⁶, preveem que estes PVD mais desenvolvidos possibilitarão um aumento exponencial do movimento de capitais no âmbito Sul

¹⁶ As teorias da nova geografia do comércio, baseadas nos estudos do economista Paul Krugman, se preocupam em analisar a concentração do comércio e da atividade produção tendo em conta sua localização espacial, tanto dentro do país como em relação ao exterior.

– Sul (ONU, 2007), já que configuram o ‘grande mercado emergente’¹⁷ (Lima, 2005).

Os PVD, enquanto grupo, alcançaram uma média de 5 a 6% de crescimento econômico entre 2002 e 2007 (South Centre, 2008). Este crescimento, conjugado com uma elevada atividade produtiva, faz com que estes Estados possuam um elevado interesse em garantir a sua segurança energética, o fornecimento de matérias-primas, o alargamento das oportunidades de comércio e novas parcerias econômicas, alinhadas com o rápido crescimento da sua força e tamanho na economia global (Woods, 2008; Naím, 2007). Por conseguinte, estes se tornaram uma fonte cada vez mais ativa de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), cujos montantes aumentaram substancialmente na última década, dirigindo-se essencialmente num quadro Sul – Sul (ONU 2005; 2007). Se em 1990, o montante de IDE proveniente dos PDV girava em torno de 129 bilhões de dólares, este alcançou 859 bilhões de dólares em 2003, sendo que praticamente metade se enquadrava num quadro Sul – Sul (ONU, 2005; 2007).

No Relatório do Secretário-geral de 2007, a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) afirmou que a globalização econômica estava a apresentar-se como multipolar, onde o Sul vinha desempenhar um papel primordial. Explicitou, ainda, que nenhuma negociação

¹⁷ Denominação cunhada pelo *US Trade Representative*.

internacional poderia ser, a partir de então, realizada sem a presença da China, da Índia, do Brasil e da África do Sul (Faiola e Kessler, 2008). Além disso, concluiu que o peso econômico destes países emergentes criava oportunidades importantes para os restantes PVD¹⁸ (South Centre, 2008).

Por consequência, e como afirma Ngaire Woods "*The world of development assistance is being shaken by the power shift occurring across the global economy. Emerging economies are quietly beginning to change the rules of the game*" (2008: 1).

Em conclusão, em paralelo ao empenho político que as iniciativas Sul – Sul têm recebido, esta tem sido impulsionada pelo aumento dos fluxos comerciais e de investimentos entre estes países (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007; South Centre, 2008). Este aspecto justifica a motivação dos 'novos doadores' em aprofundar as ligações estabelecidas através da disponibilização de APD com vista à defesa destes interesses econômicos.

3.2.2) Contextualização política da APD Sul – Sul

Os 'novos doadores' enquadram-se no conceito '*system affecting state*', elaborado por Robert Keohane (1969). Neste conceito reveem-se Estados que,

¹⁸ A Unidade Especial de Cooperação Sul – Sul do PNUD afirma claramente no seu relatório de aplicação do Plano de Buenos Aires, do ano 2007, que o desenvolvimento da China, da Índia e do Brasil teve uma influência considerável sobre as perspectivas de desenvolvimento de outros PVD graças à aproximação Sul – Sul (ONU, 2007; 2004).

apesar de serem detentores de recursos e capacidades inferiores aos das grandes potências, possuem um perfil assertivo e interveniente, atuando ativamente nos fóruns multilaterais e propondo ações coletivas entre países similares no objetivo maior de obter algum poder e influenciar os resultados internacionais. Por conseguinte, estes Estados procuram atuar também numa postura de mediadores entre os Estados mais fortes e mais fracos, transformando-se em relevantes interlocutores no sistema internacional (Keohane, 1969).

Neste contexto, a APD disponibilizada bilateralmente vem exercer seu papel de instrumento da política externa dos 'novos doadores', com um caráter de *soft power* com vista a modificar a própria repartição da 'balança de poder' no sistema internacional.

Desde o século XIX que os Estados e as regiões não-hegemônicas buscam formar alianças, numa estratégia de reduzir a dependência e a dominação das potências ocidentais (Ortiz, 2008). A atuação conjunta dos PVD é, assim, significativa quando identificada a percepção que, desde o final da guerra-fria, se processa um redefinição e reordenamento do sistema internacional, tanto em termos políticos como comerciais (Oliveira, 2006).

Durante a década de 1970, o conceito de '*collective self-reliance*' ganha força tanto nos debates Norte – Sul como Sul – Sul (Matthies, 1979). No entanto, este não foi visto pelos PVD como uma alternativa à reestruturação da vigente

ordem econômica internacional, nem como uma substituição às relações Norte – Sul, mas sim como a segunda melhor escolha, tendo vista o falhanço dos esforços de constituição da Nova Ordem Econômica Mundial, na busca por diminuir a deterioração das suas posições no comércio internacional e o enfraquecimento da defesa dos seus interesses (Saksena, 1985).

Esta autoconfiança coletiva ganhou força, por conseguinte, quando os PVD identificaram suas respectivas forças econômicas e as potencialidades de uma solidariedade política entre pares, no objetivo de proporcionarem uma mudança qualitativa no sistema internacional (Matthies, 1979; High Level Committee on South – South Cooperation, 2007; Saksena, 1985). Passaram, assim, de simples passivos a agentes ativos do sistema.

A conclusão é que estes 'novos doadores' possuem, atualmente, o financiamento e a vontade necessários para remodelar relações internacionais e redefinir os seus lugares no sistema (Naím, 2007). A APD Sul – Sul pode ser vista, assim, como um instrumento que une estes atores numa frente para discussão e defesa conjunta de interesses, mais ou menos mútuos, dos PVD nos fóruns internacionais além de balancear relações insatisfatórias construídas no quadro Norte – Sul (Matthies, 1979). Estas iniciativas podem ser classificadas como "*soft balancing*" (Gilley, 2009), ou seja, em vez de adotarem a confrontação, estes Estados buscaram reorientar o sistema e criar outras relações que se adequem aos seus interesses específicos.

Em conclusão, a disponibilização de APD Sul – Sul, tal como a Norte – Sul, tem como um dos seus objetivos, para além de propiciar meios para o desenvolvimento dos PVD, defender os interesses políticos e econômicos nacionais dos doadores. A partilha deste macro objetivo entre as iniciativas Sul – Sul e as iniciativas Norte – Sul confirma o argumento deste trabalho, ou seja, que não houve a criação de um novo regime internacional de APD já que existe uma similaridade de motivações para a disponibilização de APD por todos os doadores.

3.3) Manutenção do Regime de APD: a similaridade das motivações

Browne afirma que “*Aid is a vehicle for so much more else, besides development*” (2006: xvii). Desta afirmação, retira-se que os interesses defendidos pelas políticas externas dos doadores, através da APD, são aspectos importantes da sua formulação, já que esta tornou-se um significativo instrumento de *soft power* para a promoção de suas políticas, estratégias e interesses, tanto econômicos como políticos¹⁹.

¹⁹ Vale recordar que, mesmo que esta dinâmica esteja mais evidenciada na APD disponibilizada no quadro bilateral, e que as iniciativas multilaterais ainda sejam vistas como aquelas que mais respondem às reais necessidades dos países beneficiários e com maior qualidade humanitária, isto não impede que estas também sejam um instrumento de influência dos doadores (Breuning, 1994). Acresce, ainda, que as agências multilaterais de doação e cooperação estão se tornando cada vez mais sofisticadas e defendem também suas próprias estratégias e interesses (South Centre, 2008).

Como explica Pankaj (2005), são estes mesmos interesses que, muito frequentemente, definem a natureza, o formato e o volume da APD disponibilizada:

Foreign policy implications of foreign aid are also loaded in favour of donor countries as it becomes a handy tool for promoting their political, strategic, economic and commercial interests. And more often than not, it is these interests that govern the nature, content and flow of aid. (2005: 119-120)

Além disso, e como visto no primeiro capítulo, as políticas externas possuem motivações e buscam a defesa do interesse nacional, sendo reflexo das capacidades e dos recursos de cada ator internacional. Por consequência, a disponibilização de APD também encontra-se inserida nos jogos de poder e na procura, por parte do Estado doador, tanto 'tradicional' como 'novo', por um papel significativo no sistema internacional.

O lugar da APD nas políticas externas dos doadores pode ser analisado através de dois grandes primas: a motivação intelectual e a motivação estratégica (Ramos, 2006; South Centre, 2008). O consenso atual é de que a APD configura-se como um modelo híbrido em razão das múltiplas variáveis que a integram e definem (Berthélemy, 2006; Jacquet, 2006), sendo as motivações dos doadores o exemplo mais flagrante.

Francisco Sagasti (1999) identificou seis grandes motivações dos doadores aquando da disponibilização de APD: (i) os interesses estratégicos e securitários, que respondem às considerações geopolíticas e militares dos

doadores²⁰; (ii) os interesses políticos, que visam a obtenção do apoio dos beneficiários em decisões e posicionamentos do doador no sistema internacional²¹; (iii) os interesses comerciais e econômicos, relacionados aos benefícios comerciais e financeiros, diretos ou indiretos, retirados pelos Estados doadores²²; (iv) o interesse na resolução de problemas globais, que deriva da consciência partilhada de que, em razão da interconectividade do mundo, algumas situações podem afetar tanto os doadores como os beneficiários, independentemente dos seus respectivos estágios de desenvolvimento²³; (v) o altruísmo, a ética e o humanitarismo, que são justificados pelo sentimento de obrigação moral dos doadores em aliviar o sofrimento humano e as questões religiosas; (vi) a manutenção da estabilidade no sistema internacional, que está ligada tanto a questões securitárias²⁴ como a manutenção do *status quo*.

²⁰ Esta motivação específica encontra-se realçada desde os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 e suas respetivas consequências para o sistema internacional (Woods, 2005).

²¹ Estes apoios políticos, conseguidos através da doação de APD, são mais explícitos em situações onde existem relações históricas e culturais entre os países.

²² Estes benefícios são, por exemplo, o aumento das exportações, a criação de emprego, o suporte à produção nacional, o aumento da segurança nos investimentos ou o acesso a recursos naturais. O discurso os 'doadores estabelecidos' sempre apresentou seus interesses comerciais segundo a lógica 'ganhador – ganhador', já que os beneficiários seriam também ganhadores através da suposta geração de desenvolvimento global, criada pela dinamização das economias mais desenvolvidas (Riddell, 2007). Esta hipótese acabou sendo desacreditada face à constatação que o desenvolvimento de algumas regiões do mundo não criava o suposto efeito multiplicador da prosperidade.

²³ São exemplos, a sustentabilidade ambiental, o crescimento populacional e os crimes transnacionais.

²⁴ São exemplos a promoção da democracia e a prevenção, e contenção, de conflitos armados locais e regionais (Woods, 2005).

É possível afirmar que estas seis motivações são comuns a todos os doadores de APD, com exceção da manutenção do *status quo*. A APD Norte – Sul e a APD Sul – Sul diferem neste aspecto já que esta última busca influenciar, a favor dos ‘novos doadores’ e em oposição aos ‘doadores estabelecidos’, a ‘balança de poder’ do sistema internacional. Esta constatação confirma toda a análise explicitada anteriormente, e encontra-se no cerne do argumento deste trabalho, ou seja, a manutenção da instrumentalização da APD para defesa dos interesses das políticas externas nacionais. Esta afirmação justifica, também, o argumento da não alteração de terceira ordem no regime internacional de APD com a participação dos ‘novos doadores’.

Do mais, cada um destes elementos pode ser identificado através do estabelecimento de correlações entre diversas variáveis. Alesina e Dollar (2000 *apud* Berthélemy, 2006) conseguiram identificar os interesses geopolíticos dos doadores, defendidos através da sua APD, quando considerada a hipótese que esta pode influenciar o comportamento do beneficiário a favor do doador, através dos votos conseguidos por estes no fórum da ONU. Por sua vez, os interesses comerciais do doador foram identificados através dos seus respectivos índices da balança comercial e fluxos comerciais bilaterais²⁵. Por último, as motivações humanitárias foram identificadas através de indicadores que comprovaram o direcionamento da APD a beneficiários mais pobres e a sua

²⁵ Estas relações aparecem explicitamente nas iniciativas de APD ligada, já que esta implica que o beneficiário aumente as suas importações provenientes do doador.

eficácia na redução da pobreza e melhoria do bem-estar desta população. Estes tipos de correlações demonstram, em resumo, que todos os doadores de APD aproximam-se de aliados políticos ou econômicos e de Estados que partilhem a sua visão do mundo e do desenvolvimento (Berthélemy, 2006).

Stephen Browne (2006) definiu uma série de aspectos com os quais afirma existir uma inversão da lógica de mercado, ou seja, da oferta respondendo à procura, no quadro da disponibilização de APD. Primeiramente, encontra-se evidenciado o fato de não existirem provas de que quanto mais baixo o desenvolvimento do beneficiário, maior a ajuda a ele dispensada. Conclui-se, assim, que a APD não se encontra diretamente relacionada com a necessidade de desenvolvimento humano²⁶. Da mesma forma, ela não é inversamente proporcional aos rendimentos nacionais. Os países de baixo rendimento, que correspondem a $\frac{3}{4}$ das pessoas vivendo na pobreza, recebem somente 40% da APD internacional (Browne, 2006). Em conclusão, a APD é bastante volátil (South Centre, 2008), ou seja, possui a característica de alterar-se com facilidade, sendo que esta volatilidade não está ligada à supressão das necessidades, mas sim aos interesses a que responde. Por sua vez, Dollar e Levin (2006) comprovaram que a APD bilateral tem preferência por antigas ligações coloniais, quando estas existem, ou por países da vizinhança. Por

²⁶ Desde 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) propõe-se a ser um contraponto à utilização do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, visto como demasiado económico, buscando, assim, um carácter mais multidimensional do desenvolvimento. Neste sentido, o IDH desdobra-se em três componentes: o PIB *per capita*, a longevidade e a educação da população (PNUD, 2009).

último, as iniciativas de APD são intrinsecamente dependentes das capacidades de financiamento dos doadores, isto é, face a qualquer ameaça de défice no orçamento nacional ou crise financeira internacional²⁷, os Estados diminuem, quase que instantaneamente, os montantes disponibilizados para a APD (Woods, 2005).

Como alerta Pankaj *“More importantly, while negotiating aid, the recipient countries should be cautious of donor motives and their own national and foreign policy interests”* (2005: 103). Em conclusão, o tamanho e a direção da APD têm, subjetiva e diretamente, sido definidos pelos doadores (Browne, 2006; South Centre, 2008). E mais, a APD Sul – Sul não visa alterar este quadro no seu próprio funcionamento pois, como já visto, ela replica as motivações da APD Norte – Sul, utilizando este instrumento internacional para a defesa dos interesses nacionais. Recordar-se, por conseguinte, a manutenção e continuidade do regime internacional de APD.

Browne (2006) afirma explicitamente que a APD responde a objetivos não-desenvolvimentistas dos doadores, ou seja, que esta configura-se como um meio de influência, relacionando-se com aspectos comerciais, geopolíticos, estratégicos, securitários e históricos (Dollar e Levin, 2006; South Centre,

²⁷ Existem perspectivas bastante negativas da repercussão da crise financeira internacional, que despontou durante o ano de 2009, no montante de APD disponibilizado pelos Estados doadores.

2008). Por lógica, a APD não se apresenta como um fim em si mesma, mas sim como parte de um processo complexo e dinâmico.

Conclusão

Finalmente, é possível afirmar incontestavelmente que o regime de APD, tanto no quadro Norte – Sul como Sul – Sul é dominada pelos doadores, já que estes “*Link aid to their own ends*” (Browne, 2006: 1). Apesar das motivações serem complementares, enquadrando aspectos políticos, econômicos e altruístas (Berthélemy, 2006), o interesse próprio dos doadores continua a predominar (Sagasti, 1999; South Centre, 2008).

Por consequência, o regime de APD manteve-se o mesmo, apesar das alterações que se fizeram notar nos últimos anos. Esta conclusão é justificada através do quadro de análise de Peter Hall (1993) e da identificação de uma alteração de segunda ordem, que permite auferir a continuidade a larga escala do regime internacional de APD.

No entanto, vale ressaltar as dinâmicas particulares que levaram ao surgimento destes ‘novos doadores’, nomeadamente a ascensão política e econômica dos Estados emergentes. Este crescimento insere-se na busca pelo poder e influência no sistema internacional.

4) O Brasil e a APD Sul – Sul

Tendo consciência das linhas de continuidade e ruptura entre a forma de conceder Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) Norte – Sul e Sul – Sul, e com base no explicado no capítulo anterior, é essencial perceber empiricamente as motivações dos países participantes. Desta forma, o Brasil, país do Sul com uma política externa de APD cada vez mais sólida e vigorosa, surge como um estudo de caso natural.

Aqui faz-se uma ressalta quanto a retórica brasileira nesta matéria. Ressente-se uma relutância do país na aceitação da denominação APD para as iniciativas empreendidas no quadro Sul – Sul. O discurso demonstra uma preferência pela expressão 'cooperação técnica'. No entanto, e seguindo a definição explicitada na introdução deste trabalho, as iniciativas do país enquadram-se no conceito APD.

4.1) A política brasileira de desenvolvimento

Desde a década de 1960 que o Brasil é considerado um '*system affecting state*' (Lima, 2005). Esta caracterização advém da sua presença internacional multifacetada, da sua participação em diversos fóruns de negociação, tanto comercial como securitária, e da obtenção de um papel de interlocutor válido nestas arenas. Este posicionamento é claramente percebido pelas forças

políticas e sociais nacionais, chegando a existir um consenso generalizado que o país está destinado a ter um papel significativo no sistema internacional, decorrente do reconhecimento dos seus pares pela sua condição de potência emergente, suas riquezas naturais, sua dimensão continental, sua uniformidade cultural e linguística, sua numerosa população, sua economia diversificada e sua liderança regional (Lima, 2005; Lafer, 2000; Souza, 2002).

Sua atuação no sistema internacional, tal como a de outros Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) emergentes, visa o desenvolvimento econômico e a autonomia política (Lima, 2005). Neste âmbito, a Política Externa Brasileira (PEB) constituiu, e constitui, um dos instrumentos centrais do processo de desenvolvimento do país. Entre 1930 e 1990, a PEB estava centrada na promoção do desenvolvimento econômico nacional (Lafer, 2000). Esta foi orientada para dois caminhos, que se alternaram no decorrer do tempo. Se por um lado, foi influenciada pelas teorias do nacionalismo econômico e pela busca por autonomia, por outro adotou a ideologia liberal e sua respectiva preferência pelo crescimento integrado (Lima, 2005). Apesar de terem existido momentos de radicalização, estas duas correntes nunca conseguiram se impor uma à outra na estratégia nacional. A constatação é que o Brasil sempre manteve-se aberto às relações e ao comércio com o exterior, posicionando-se claramente a favor da liberalização das trocas econômicas (Cervo, 1994).

A mais célebre estratégia internacional brasileira, implementada no início da década de 1960, é denominada Política Externa Independente. Esta

corresponde a uma busca por autonomia no sistema internacional para promoção dos interesses nacionais, num chamado 'pragmatismo responsável' (Lima, 2005). A Política Externa Independente se caracteriza pela universalização, conseguida através da multiplicação de parcerias econômicas e políticas, e pela maior aproximação aos PVD, visando a defesa dos interesses comuns através de uma ação coordenada. Este posicionamento buscou favorecer a flexibilidade do processo decisório brasileiro no cenário internacional e o alargamento das opções futuras do país (Oliveira, 2006).

O ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer²⁸ (2000), afirma que a PEB utiliza-se da diplomacia e do direito para retirar benefícios positivos da socialização entre Estados. Este posicionamento foi por ele resumido na expressão 'moderação construtiva', quando identificou os investimentos realizados pelo Brasil, a partir de 1990, em instrumentos de *soft power* e na construção da sua credibilidade internacional para o tratamento de temas globais do sistema internacional (Lafer, 2000).

Desde o final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso²⁹ que a PEB foi direcionada para a intensificação das relações e o estabelecimento de coligações com os PVD, numa lógica de 'geometria variável

²⁸ Celso Lafer foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil em dois momentos: no ano de 1992 e entre 2001 e 2002.

²⁹ Fernando Henrique Cardoso foi Presidente do Brasil por dois mandatos: entre os anos de 1995 e 1998, e entre 1999 e 2003.

de poder’³⁰ (Lafer, 2000). Este posicionamento brasileiro foi flagrante no quadro da Organização Mundial Comércio, durante os contenciosos sobre as patentes farmacêuticas³¹, momento no qual o país aproximou-se da Índia e da África do Sul (Fernandes de Oliveira, 2005; Paranaguá, 2003).

O posicionamento da PEB sob o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva³², nomeadamente através do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim³³, buscou enquadrar os interesses da nova elite econômica nacional, as coligações políticas e sociais agora no poder e a percepção que estes novos dirigentes possuem do lugar que o Brasil deve ocupar no mundo. O Governo de *“Lula [da Silva] estime, lui, que la place du Brésil n'est pas à l'ombre des riches, mais en plein soleil, à la tête d'un front des pays pauvres pour un monde plus équitable”* (Fournier, 2004).

Neste âmbito, o Governo de Lula da Silva foi recuperando aspectos da antiga Política Externa Independente, vista como de caráter nacional –

³⁰ A lógica da geometria variável de poder se enquadra, tal como explicado no primeiro capítulo deste trabalho, no entendimento que Kenneth Waltz faz do comportamento dos Estados. Na busca por uma balança de poder equilibrada, os Estados irão alterar as suas alianças a fim de contrabalançar a preponderância de um Estado ou de um grupo de Estados no sistema internacional.

³¹ Os contenciosos tiveram lugar entre o Brasil e os Estados Unidos da América, quando o primeiro iniciou seu programa nacional de produção de medicamentos retrovirais (New York Times, 2005).

³² O Presidente Luís Inácio Lula da Silva tomou posse em 2003, tendo sido re-eleito, para um mandato de quatro anos em 2007.

³³ O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, foi nomeado em 2003.

desenvolvimentista (Fernandes de Oliveira, 2005), e procurou uma maior projeção internacional, a adesão a regimes internacionais, a flexibilidade, uma liberdade de parcerias e a aproximação a países com interesses semelhantes (Lima, 2005). São exemplos deste posicionamento a formação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), a criação do G-20³⁴, a aproximação com países africanos e árabes, a participação no G-4³⁵ e a revalorização da inserção regional (Fernandes de Oliveira, 2005). Ao liderar o G-20, o Brasil se tornou um dos grandes atores do sistema internacional nas discussões sobre o comércio internacional na última década, fazendo frente aos dois gigantes do comércio agrícola, os Estados Unidos da América e a União Europeia (Paranaguá, 2003). Por conseguinte, seu posicionamento a favor da liberalização comercial (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007) colocou em destaque, e favoreceu, a introdução dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional (Fernandes de Oliveira, 2005).

No plano político, um ponto central da agenda internacional brasileira refere-se às suas pretensões de obter um lugar de destaque na Organização Mundial do

³⁴ Grupo de PVD criado na fase final de preparação da V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, que teve lugar em Cancún no ano de 2004. Nesta ocasião, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva fez uso da expressão 'nova geografia mundial', ressaltando a importância da aproximação Sul – Sul e a busca por uma multipolaridade do sistema internacional (Lima, 2005).

³⁵ Grupo composto pela Alemanha, Brasil, Índia e Japão e que tem como objetivo a busca pela reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e suas respectivas admissões como membros permanentes.

Comércio (OMC) e na Organização das Nações Unidas (ONU)³⁶ (Oliveira, 2006; Souza, 2002; Léo, 2006a). Do mais, o país já tornou diversas vezes explícita a sua pretensão de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Gilley, 2009; The Economist, 2006; Paranaguá, 2003). Se esta expectativa for um dia concretizada, o Brasil reforçará o seu discurso de mediador e representante dos PVD nos debates com o mundo desenvolvido. No entanto, esta conquista, antes de beneficiar o grupo dos PVD, responde aos interesses individuais do Brasil.

Por outro lado, o Brasil ainda procura ultrapassar os constrangimentos comuns aos PVD quando da busca por uma atuação significativa e inserção no sistema internacional (Fernandes de Oliveira, 2005). Um dos grandes desafios brasileiros é conseguir conjugar essa expressividade internacional com um processo interno de desenvolvimento e, mais importante, uma diminuição das disparidades socioeconômicas no âmbito da sua própria população.

Enquadrado no seu desenvolvimento econômico, o Brasil conseguiu criar uma rede bastante alargada de distribuição das suas exportações. Em 2005, 19.2% das exportações brasileiras foram para aos Estados Unidos da América, 22.4% para a União Europeia, 21.5% para a América Latina, 15.7% para a Ásia e 19.5% para as outras regiões do mundo (Oliveira, 2006). Este posicionamento

³⁶ A missão de paz da ONU no Haiti, conduzida pelo Brasil, é ilustrativa da agenda política do país na Organização (Fernandes de Oliveira, 2005).

não é somente visto como vantajoso, como também é bastante encorajado pelas políticas governamentais. Pode-se concluir, assim, que todas as regiões do mundo são vistas como mercados importantes para o Brasil e, dentro do seu objetivo maior de ampliar sua participação no sistema internacional e dar continuidade ao desenvolvimento econômico, sua estratégia de política externa atuará em frentes simultâneas nas diversas regiões do globo (Oliveira, 2006).

Nesta perspectiva, o multilateralismo foi entendido pelo país como um instrumento de conquista de poder pelos PVD, já que promove uma desconcentração do sistema internacional e possibilita um realinhamento da 'balança de poder' global (Fernandes de Oliveira, 2005; Lafer, 2000), tal como explicado no primeiro capítulo deste trabalho. Este posicionamento pró-ativo dos PVD vem alargar as possibilidades de inclusão de novos atores e outros valores no seio da comunidade internacional (Fernandes de Oliveira, 2005).

Numa entrevista ao jornal *Le Figaro*, no ano de 2003, o Presidente Lula da Silva explicou que

Dans un monde où les pays développés ont leurs propres règles du jeu et le contrôle de leurs marchés, il est important, politiquement et économiquement, que les pays en voie de développement prennent des initiatives communes pour défendre leurs intérêts. (Validre, 2003)

O Brasil, ao se dispor a arcar com os custos de exercício da sua liderança, demonstrou claramente seu comprometimento com a dinâmica regional, sendo exemplo disso o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (Fournier, 2004; The

Economist, 2006; Léo, 2006a; Paranaguá, 2003). Além disso, o país também incentiva os seus parceiros PVD a incorporarem dinâmicas regionais nas suas respectivas estratégias internacionais, com vista a consolidarem seus respectivos papéis, capacidades de intervenção e relevâncias (Fernandes de Oliveira, 2005). Este posicionamento estratégico brasileiro, de fortalecer a região sul-americana e atuar aprimorando suas relações com outros polos regionais, foi resultado da percepção de que a redefinição da ordem internacional se dará através de um processo longo e de diferentes negociações, e que as complexidades impostas pela globalização exigem soluções tanto locais como regionais (Oliveira, 2006).

O Brasil intensificou as suas relações bilaterais com a América Latina, o mundo afro-asiático (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007; Léo, 2006a) e outras potências regionais, tais como a China, a Rússia, Índia (Lima, 2005), com o objetivo de afirmar a autodeterminação não só nacional, mas também do mundo em desenvolvimento com vista à superação mútua do subdesenvolvimento (MRE, 2007).

Dentro desta perspectiva de APD Sul – Sul, uma das áreas privilegiadas da PEB foi o continente africano, desenvolvendo a chamada Política Africana. Neste âmbito, desde 2003, o Governo dobrou o número de Embaixadas no continente africano, passando de 17 para 34 (África 21, 2008; MRE, 2007) e, mesmo antes de completar dois anos de mandato, o Presidente Lula da Silva esteve oficialmente no continente por três ocasiões diferentes (Fournier, 2004). Esta

política se enquadra nas perspectivas brasileiras de geração de uma nova ordem econômica internacional e constitui, *per se*, um emblema nacional do seu lugar de líder no contexto dos PVD (Oliveira, 2006; Validre, 2003).

A imprensa internacional percebeu claramente que este posicionamento explícito do Governo Lula da Silva, em relação ao continente africano, era sem precedentes na história da PEB, onde também estão incluídas as políticas econômicas e comerciais do país (Fournier, 2004; Léo, 2006a).

O discurso cooperativista derramava-se com maior alarde sobre duas áreas contíguas, a América hispânica e a África negra, no intuito de captar simpatia e amizade para encaminhar ações concretas de penetração e realização de interesses. (Cervo, 1994: 42)

Esta postura revela-se a única possível face à esmagadora presença dos Estados Unidos da América no continente americano, e da União Europeia no continente africano. Entretanto, no plano econômico, este posicionamento demonstra o interesse da aproximação do Brasil a estas regiões, já que correspondem a mercados emergentes, possíveis consumidores de produtos brasileiros e fornecedores de matérias-primas e investimentos (Fournier, 2004). O Brasil tem animado a Cooperação Sul – Sul ao intensificar a cooperação inter-regional com a África nos últimos anos, este fato transporta grande relevância quando explicitado que aproximadamente três mil empresas brasileiras investem em países africanos ou realizam trocas comerciais com estes (ONU, 2007). Como afirmou o Ministro interino das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nogueira, na abertura do Seminário de Proteção e Promoção Social em

Países Africanos³⁷, em 2008, “Além da cooperação, o comércio justifica uma presença maior do Brasil na África porque ela absorve um contingente importante de nossas exportações” (Africa 21, 2008: 2).

No plano político, estes espaços de expressão regional perspectivam uma atuação conjunta em organismos internacionais para a defesa de interesses mais alargados dos PVD (Oliveira, 2006). Desde a época da Liga das Nações que o Brasil procura se enquadrar nos fóruns multilaterais posicionando-se como defensor dos direitos das potências menores e aspira conquistar um *status* equivalente ao das grandes potências (Lima, 2005).

4.2) Brasil enquanto doador de APD

A PEB constitui um instrumento para a defesa do desenvolvimento como um valor universal e da inclusão das grandes massas populacionais, concentradas principalmente nos PVD, nos padrões ocidentais de bem-estar (Fernandes de Oliveira, 2005). O discurso governamental enfatiza a persistência das disparidades de rendimento do mundo e afirma que o Brasil elegeu o combate à desigualdade como prioridade nacional tanto no nível interno como internacional (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007; Africa 21, 2008; MRE, 2009; Validre, 2003).

³⁷ O Seminário teve lugar em Brasília, durante o mês de Agosto de 2008, e contou com a participação de dirigentes e técnicos de Angola, Gana, Moçambique, Namíbia, Quênia e Tanzânia.

Entre 1960 e 1990, a sociedade e o Governo brasileiros incentivaram a Cooperação Técnica Internacional (CTI) por considerá-la um instrumento capaz de modificar o perfil do desenvolvimento, visto na época como primordialmente ligado ao crescimento econômico. Esta possuía a função específica de disseminar os efeitos sociais do desenvolvimento e acabou sendo, gradualmente, incorporada na PEB com o objetivo mais amplo de elevar a produtividade, a produção e a posse de conhecimentos do país (Cervo, 1994).

A experiência brasileira de CTI obteve, já nos anos de 1970, o reconhecimento e a apreciação positiva da comunidade internacional, tanto das agências de cooperação dos países desenvolvidos, como dos beneficiários. Durante a década de 1980, e em razão dos avanços nos conhecimentos técnicos nacionais, o Brasil começou a modificar o seu perfil, sendo tanto receptor de assistência do Norte como também prestador de assistência aos PVD. Por conseguinte, o país inverteu a sua 'balança cooperativa' na mesma década, quando já prestava mais assistência técnica aos PVD do que recebia do Norte (Cervo, 1994).

Esta postura se justificava, já na altura, pela busca de ampliação e fortalecimento dos seus interesses externos (Cervo, 1994). Este êxito já começava a atingir os seus objetivos políticos, principalmente através do fortalecimento da amizade entre os PVD que permitiria, por consequência, a criação de condições propícias para a penetração dos interesses econômicos e

comerciais brasileiros (Cervo, 1994; Léo, 2006a). Após estar incorporada no planejamento estratégico de desenvolvimento nacional, a APD Sul – Sul transformou-se num instrumento da PEB (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007; MRE, 2007).

Desde a década de 1970, que a APD Sul – Sul é entendida pelo Governo brasileiro, em termos conceituais e práticos, como um “instrumento moderno, eficaz e indispensável de política externa e meio auxiliar de promoção do desenvolvimento socioeconômico do país” (MRE, 1989 *apud* Cervo, 1994: 44).

A Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, inserida na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), apresenta as suas ações como um “importante instrumento de política externa, do qual o Brasil tem-se servido para assegurar presença positiva e crescente em países e regiões de interesse primordial” (ABC s/a).

O propósito da APD Sul – Sul brasileira é fortalecer a posição do país nas discussões e negociações políticas e comerciais internacionais, frente aos seus pares mais desenvolvidos, e buscar uma reforma da ONU através da incorporação de novos países no Conselho de Segurança, tornando-o, assim, mais representativo da multiplicidade e diversidade da comunidade internacional (Lima, 2005; The Economist, 2006). O Brasil se posiciona, nestes fóruns, como um verdadeiro representante dos interesses dos PVD (Fernandes de Oliveira, 2005; Faiola e Kessler, 2008; Validre, 2003), um mediador entre fortes e fracos e ‘intermediário indispensável’ (Lima, 2005), demonstrando ser

esta a sua contribuição para a estabilidade internacional e obtendo, assim, uma grande projeção na arena internacional.

Por outro lado, estes alinhamentos têm também como objetivo intensificar o comércio Sul – Sul. Por exemplo, o Presidente Lula da Silva esteve na base da assinatura do Acordo de Livre Comércio assinado entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral³⁸ (Fournier, 2004). Este posicionamento pró-ativo tem sido também defendido politicamente através das demandas de liberalização do comércio agrícola e diminuição das barreiras comerciais impostas pelos países desenvolvidos (Fernandes de Oliveira, 2005; Lima, 2005).

O Brasil utiliza a APD Sul – Sul como parte da sua estratégia para definição do seu espaço no sistema internacional, publicitando que, apesar de suas assimetrias e diferenças, os PVD ainda se encontram sub julgados a um sistema que privilegia os interesses do Norte (Oliveira, 2006). A APD Sul – Sul aparece, conseqüentemente, como uma necessária ação conjunta. O Brasil percepcionou o Plano de Buenos Aires e a cooperação horizontal entre os PVD como uma nova modalidade que “não se propõe a substituir os programas tradicionais de cooperação, sejam bilaterais ou multilaterais, mas sim a eles se acrescentar” (MRE, 1978 *apud* Cervo, 1994: 44).

³⁸ Fazem parte da União o Botswana, o Lesoto, a Namíbia, a Suazilândia e a África do Sul.

Amado Cervo (1994) afirma que o conceito brasileiro de Cooperação Sul – Sul foi elaborado, ao longo da história, com base em três elementos, (i) o seu significado político, (ii) os seus objetivos econômicos e (iii) o seu possível formato. Quanto ao primeiro elemento, o significado político da cooperação pretendia refletir a essência da PEB e o seu caráter inclusivo. A cooperação deveria ser chave de união dos PVD, tal como identificado na época, e um instrumento para que o país firmasse a sua liderança, tanto nos diálogos Norte – Sul como Sul – Sul. Quanto aos objetivos econômicos, a cooperação brasileira era vista como auxiliadora na busca de insumos externos, para que a Política de Substituição das Importações fosse suplantada pela de Promoção das Exportações. O Brasil buscava o seu pleno desenvolvimento e, para isso, transformaria a sua pauta de exportação ainda durante os anos de 1960, com a inclusão de conhecimento científico, serviços de engenharia e produtos manufacturados. Por último, o formato da cooperação brasileira buscava, já na época, a despolitização, o pragmatismo e a não-idealização (Cervo, 1994).

Em resumo, os dois grandes objetivos, ou desafios, do Brasil se encontram no seu posicionamento nos fóruns multilaterais e sua participação no espaço internacional de comércio. Para isso, o país tem utilizado o seu perfil de PVD como identidade internacional e instrumento para defesa dos interesses nacionais (Lafer, 2000).

Face a este enquadramento, serão agora explicitadas algumas das iniciativas de APD Sul – Sul empreendidas pelo Brasil desde 2003³⁹ no sentido de identificar o posicionamento do país face ao regime internacional de APD, tal como explicado no capítulo anterior, e correlacioná-las com as suas principais motivações.

Vale lembrar que a APD brasileira está centralizada na ABC, criada em Setembro de 1987, e que se encontra integrada no Ministério das Relações Exteriores (Cervo, 1994). A ABC “tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais” (ABC s/a). Apesar o conceito Ajuda Pública para o Desenvolvimento não se apresentar explícito nesta definição dos instrumentos de atuação da ABC, ele encontra-se explícito, indo ao encontro da definição de APD utilizada para nesta pesquisa (Anexo I).

É interessante ressaltar que a ABC sublinha que a APD brasileira

Se faz pela transferência de conhecimentos técnicos e experiência do Brasil, em bases não comerciais, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos. Para tanto se vale dos seguintes instrumentos: consultorias, treinamentos e a eventual doação de equipamentos. (ABC s/a)

³⁹ Primeiro ano do Governo de Lula da Silva

Este posicionamento é demonstrativo da relutância dos 'novos doadores' de caracterizarem-se como doadores de APD, preferindo, pelo contrário, a terminologia 'cooperantes' (MRE, 2005).

Durante a 15ª Sessão do *High Level Committee of South – South Cooperation*, em Junho 2007, o representante brasileiro afirmou que

Since the early nineties, the Brazilian Government has consistently increased technical cooperation with other developng countries, based on a significant amount of technical expertise and development solutions obtained in the last fifty years. Many of them are being or have already been replicated in countries that face similar challenges to their economic and social development. Technical cooperation offered by Brazil, which is non profit-oriented or involving tied-aid, has helped to strengthen institution-building in many developing countries, as an essential component for the rapid and effective transfer and absortion of knowledge. (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007: 2)

Esta intervenção é explícita tanto do posicionamento brasileiro como do regime de APD Sul – Sul. Primeiramente, nota-se no discurso uma relutância na utilização do termo APD, sendo preferida a terminologia CTI. No entanto, a CTI encontra-se inserida no conceito de APD, já que o Governo cooperante disponibiliza recursos do seu orçamento nacional para estas iniciativas. Por outro lado, o país sublinha o seu próprio processo de desenvolvimento e a partilha de dificuldades entre os PVD. Por último, o Brasil procura afastar-se do regime de APD Norte – Sul, indicando e defendendo aspectos diferenciais do regime Sul – Sul. Este discurso vem confirmar a identificação dos princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão da APD Sul – Sul, tal como

identificados no segundo capítulo deste trabalho, sendo o Brasil exemplo dos 'novos doadores'.

O Brasil aponta como seus grandes campos de atuação na APD Sul – Sul (i) a agricultura, através de iniciativas ligadas à segurança alimentar, (ii) a educação, através de programas de alfabetização, (iii) os biocombustíveis, através do desenvolvimento de tecnologias de produção, (iv) a saúde, principalmente no combate ao HIV/SIDA, (v) os processos eleitorais, através de tecnologias de voto eletrônico, (vi) as atividades esportivas, com ênfase no futebol, e (vii) a formação e capacitação técnica, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007; Fournier, 2004). Apesar do discurso brasileiro, de que estas iniciativas são CTI, elas inserem-se na definição de APD.

Quadro I – Ações de Cooperação Executadas pela ABC, no ano de 2007, por área de atuação

Por área	Dólares americanos	Porcentagem
Outros	1.153.737,28	5,25%
Defesa Civil	201.028,88	0,91%
Cultura	214.288,00	0,97%
Administração	299.341,00	1,36%
Urbanismo	432.662,00	1,97%
Esporte	464.103,27	2,11%
Energia	817.845,19	3,72%
Meio Ambiente	942.782,21	4,29%
Legislativo	1.409.341,04	6,41%
Desenvolvimento Social	1.473.640,63	6,70%
Educação	2.248.283,58	10,23%
Agropecuária	3.266.985,09	14,86%
Saúde	4.130.707,71	18,79%
Formação Profissional	4.924.179,65	22,40%
Total	21.978.925,53	

Fonte: MRE (2007)

Podem ser destacadas como iniciativas de grande dimensão da APD brasileira o desenvolvimento de projetos orientados para o combate do HIV/ SIDA. Foram implantadas programas de auxílios aos planos nacionais na Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Bolívia, Equador, Peru e Guatemala (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007). No âmbito da saúde, é de salientar o papel desempenhado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo laboratório nacional de medicamentos genéricos Far-manguinhos (MRE, 2007). Estas duas instituições fizeram avançar o processo de disponibilização de medicamentos genéricos nas redes públicas de saúde. Do mais, o posicionamento brasileiro nos contenciosos internacionais sobre as patentes farmacêuticas dos retrovirais (New York Times, 2005), fez com que o Fundo da ONU para a luta contra o HIV/SIDA (ONUSIDA) reconhecesse a influência global e regional do Brasil nesta matéria (Ortells, 2003). Vale ainda ressaltar a

instalação, por parte do Governo Brasileiro, de laboratórios de produção farmacêutica em Moçambique e na Namíbia (Fournier, 2004).

Revela-se de importância o exemplo do IBAS, que em seu primeiro encontro, em Setembro de 2006, criou um quadro comum de luta contra o VIH/SIDA, o paludismo e a tuberculose. Esta iniciativa está enquadrada no aumento dos financiamentos para pesquisa de vacinas e no alargamento do acesso às novas tecnologias médicas preventivas, conforme o acordo sobre os direitos de propriedade intelectual neste comércio específico (ONU, 2007; High Level Committee on South – South Cooperation, 2007; Ortells, 2003).

No setor agrícola, o Brasil tem apostado no desenvolvimento de parcerias ligadas à agricultura tropical, assinalando-se o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (EMBRAPA) (Léo, 2006a), com especial destaque para a abertura de um escritório no Gana (High Level Committee on South – South Cooperation, 2007; Fournier, 2004).

Geograficamente, a ABC disponibiliza uma importante atenção à América do Sul onde, no ano de 2007, 119 projetos encontravam-se em execução na Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Na América Central, 22 projetos encontravam-se em execução com Belize, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá; sendo que no Caribe, são 58 atividades estavam distribuídas entre Barbados, Cuba, Haiti, Jamaica e República Dominicana (MRE, 2007).

Em relação ao continente africano, o país conseguiu alargar seu espectro cooperativo, promovendo ações para além das tradicionais parcerias com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). No ano de 2007, 125 projetos se encontravam em execução em Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burquina Faso, Cabo Verde, Camarões, Egito, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Zâmbia e Zimbábue (MRE, 2007).

Quadro II – Ações de Cooperação Executadas pela ABC, no ano de 2007, por continente

Por continente	Dólares americanos	Porcentagem
África	11.430.640,15	52,00%
Oriente Médio	81.951,37	0.37%
Ásia/Oceania	2.150.810,80	9.78%
América do Sul	4.034.705,64	18.35%
América Central	563.543,26	2.56%
Caribe	3.567.226,73	16.23%
CPLP	147.595,58	0.67%
Países Árabes	2.452,00	0.01%
Total	21.978.925,53	

Fonte: MRE (2007)

As Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral (MRE, 2005) afirmam que, por parte da ABC, deve haver uma “preferência por projetos que provoquem um adensamento de relações e abram boas perspectivas à cooperação política, comercial e econômica entre o Brasil e os países desenvolvidos ou em desenvolvimento”. Em resumo, a

escolha dos parceiros que beneficiam da APD Sul – Sul brasileira, e respectiva alocação de APD, não é por acaso, tal como explicitado nos capítulos anteriores.

Um indicador de fácil acesso e que permite compreender melhor a lógica pragmática de escolha dos beneficiários da APD Sul – Sul brasileira é a presença de empresas brasileiras nestes países. São exemplos destas atividades produtivas brasileiras a extração e transporte de carvão de Moçambique, através da construção de um porto voltado para a mineração, a gestão de hidrocarbonetos em São Tomé e Príncipe, a canalização da rede sanitária em Angola, a exploração de magnésio no Gabão (Fournier, 2004). Este último exemplo é bastante notório, já que a empresa Companhia Vale do Rio Doce⁴⁰ comprometeu-se a construir toda a infraestrutura necessária, como estradas, vias férreas, barragens e hidroelétricas, para o funcionamento das atividades, num investimento superior a 9.2 milhões de dólares americanos (Fournier, 2004). Além disso, outras empresas, tais como a construtora Odebrecht e a montadora Embraer, têm também favorecido da aproximação do país a outros PVD (Léo, 2006a).

O ex-ministro da Agricultura, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, afirmou no Conselho de Desenvolvimento Industrial, reunido em Brasília em 2006, que “a

⁴⁰ A Companhia Vale do Rio Doce é a primeira exportadora mundial de ferro, atuando também na extração de diversos outros minerais.

grande aposta dos exportadores [brasileiros] não está nos mercados tradicionais, dos Estados Unidos da América e Europa, mas nos chamados emergentes, o antigo terceiro mundo” (Léo, 2006). Nesta ocasião, explicou ainda que, em 1990, cerca de 80% das exportações do agronegócio brasileiro dirigiam-se ao Japão, à União Europeia e aos Estados Unidos da América, que hoje absorvem 48% das vendas externas do setor. Do mais, perspectivou que, até 2010, o país estaria exportando 75% a 80% aos mercados emergentes (Léo, 2006).

Conclusão

Todos os posicionamentos brasileiros apresentados neste capítulo evidenciam a postura mais pragmática adotada pelo Governo de Lula da Silva no exercício da PEB. No entanto, esta postura partilhando o espaço com um discurso de caráter mais ideológico (Paranaguá, 2003). Estas duas dimensões enquadram-se na disponibilização de APD por parte do quadro Sul – Sul.

Por outro lado, todos estes papéis desempenhados simultaneamente pelo Brasil (grande exportador, doador de APD Sul – Sul, porta-voz do subdesenvolvimento nos fóruns internacionais, etc.) revelam características de complementaridade. Sua atuação no sistema internacional tem sido multifacetada e dinâmica, revelando as próprias dinâmicas internas de desenvolvimento.

No entanto, estes diversos papéis também podem resultar em soma zero, ou seja, quanto mais o Brasil aproxima-se do conceito de *system-affecting state* mais ele se afasta da caracterização de mercado emergente e PVD. Progressivamente, ele deixará de poder colocar-se como economia complementar aos outros produtores do Sul, passando a concorrente. Na arena política, a cada reforço nos instrumentos de defesa dos seus interesses, ele deverá aproximar-se do núcleo duro dos processos internacionais de decisão.

Finalmente, é possível que esteja a ser gerada uma outra relação da chamada centro – periferia dentro das relações Sul – Sul (Lima, 2005). A diferenciação entre os PVD deverá acarretar um momento de transição até a chegada destes Estados emergentes a um estágio superior de desenvolvimento. Do mais, um dos primeiros sintomas desta nova relação é a disponibilização de APD. Esta constatação não significa, no entanto, que a APD Sul – Sul segue o mesmo molde da APD Norte – Sul, mas sim, que continua a ser um importante instrumento de política externa e defesa de interesses.

Conclusão

A Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) tornou-se uma componente importante do sistema internacional a partir do fim da segunda guerra mundial, momento no qual o esforço de reconstrução da Europa evidenciou o papel que esta possui enquanto instrumento de política externa dos Estados doadores.

Por conseguinte, a disponibilização de APD tornou-se alvo de inúmeros debates e estudos no âmbito das Relações Internacionais e das Ciências Políticas. Estas análises incidem sobre a eficácia, os modelos e as consequências deste relacionamento entre Estados soberanos no sistema internacional, além dos seus efeitos no desenvolvimento humano das populações beneficiárias.

No entanto, este trabalho buscou afastar-se destes tipos de análises e debruçar-se especificamente sobre a possível alteração do regime internacional de APD enquanto consequência da entrada de 'novos doadores', nomeadamente Países em Vias de Desenvolvimento, e da ascensão quantitativa e em termos de preferência dos beneficiários da chamada Cooperação Sul – Sul.

Com vista a atingir este objetivo, a disponibilização de APD foi classificada como um regime internacional a partir do modelo desenvolvido por Stephen Krasner (1982), tendo sido, de seguida, elaborado um estudo comparativo entre a APD disponibilizada no quadro Norte – Sul e a APD Sul – Sul.

Vale aqui ressaltar a dificuldade de definição precisa das características da APD Sul – Sul já que seus doadores não disponibilizam informações claras e transparentes dos montantes disponibilizados, alguns recusando mesmo a sua categorização como doadores. Do mais, face a esta dificuldade de obtenção de dados, o grande peso do discurso Sul – Sul ficou refletido no quadro de análise desenvolvido, em detrimento da sua real e quantitativa atuação.

Este exercício comparativo pode ser resumido na seguinte tabela:

Componentes de um regime (Krasner, 1982)	APD Norte – Sul	APD Sul – Sul
Princípios	Existência de partes desiguais: um doador fonte de recursos e conhecimento e um beneficiário passivo e menos desenvolvido Obrigação, moral ou pragmática, de auxiliar os mais carenciados	Cooperação horizontal Reciprocidade Aproveitamento mútuo Partilha de boas práticas para problemas comuns aos participantes
Normas	Sucessivos consensos de doadores	<i>Demand-drive</i> Não imposição de modelo econômico ou político
Regras	Aplicação das condicionalidades, tanto políticas, econômicas como comerciais	Afastamento da ajuda ligada

	Descrença de que o beneficiário pode gerir o seu próprio desenvolvimento	
Processos de tomada de decisão	Coerência com a política externa nacional do doador	<p>Processo construtivo</p> <p>Resposta aos desígnios e necessidades identificadas pelos beneficiários</p> <p>Coerência com a política externa nacional do doador</p>

Apesar destes pontos de divergência identificados entre as iniciativas Norte – Sul e Sul – Sul, uma característica comum apresentou-se claramente, isto é, as duas APD enquadram-se enquanto instrumentos da política externa dos seus doadores, apresentando, por isso, uma idêntica lista de motivações, não necessariamente ligadas ao nível ou necessidade de desenvolvimento dos beneficiários. Estas motivações incidem, por sua vez, sobre uma diversidade de áreas de atuação dos Estados no sistema internacional. Todas estas áreas de atuação competem para a definição do posicionamento do Estado face aos seus pares, numa lógica de busca por poder, e defesa dos respectivos interesses nacionais.

Face a esta primeira conclusão, e recorrendo ao quadro analítico de Peter Hall (1993), é possível reforçar que realmente as diferenciações identificadas podem ser classificadas como mudanças de primeira e segunda ordem. Disto retira-se a não existência de dois regimes distintos para a disponibilização de APD.

A análise do estudo de caso, isto é, a APD disponibilizada pelo Brasil a partir de 2003, comprovou tanto as características da APD Sul – Sul como a sua instrumentalização nas políticas externas nacionais dos 'novos doadores', com vista a uma alteração qualitativa dos seus lugares no sistema internacional.

A APD brasileira tem aumento quantitativamente, posicionando mais explicitamente no continente latino-americano e africano. Estas escolhas são justificadas tanto pelo seu posicionamento de líder regional como pela sua retórica em relação a um passado comum de subdesenvolvimento e colonialismo. Do mais, o Brasil publicita e defende a APD Sul – Sul em diversos fóruns internacionais, apesar de utilizar-se da expressão Cooperação Técnica, ressaltando suas características diferenciais da APD Norte – Sul.

Em relação à defesa do interesse nacional, o Brasil se tem tornado um interveniente ativo nas discussões internacionais tanto nas áreas econômicas e comerciais como de refundação das organizações internacionais, nomeadamente a favor da inclusão e maior poder para as potências emergentes. Seus esforços de APD são assim recordados quando na busca por apoios multilaterais. Além disso, sua expansão econômica é direcionada para a busca de novos mercados consumidores de suas exportações.

Outro aspecto importante, manifestado transversalmente durante toda esta pesquisa, remete à importância e ao significado das características e do perfil

dos 'novos doadores' de APD Sul - Sul. Estes Estados, mesmo que enquadrados no conceito de PVD, afastam-se enormemente da maioria dos receptores de APD. Desta forma, é também possível afirmar, mesmo não sendo este o objetivo primordial deste trabalho, que os 'novos doadores' estão a criar uma nova diferenciação entre Estados, isto é, além da clássica separação Norte – Sul, existe uma nova fractura dentro do próprio Sul. Em conclusão, novos fossos de desenvolvimento estão a nascer, e que criam, conseqüentemente, relações e interações específicas entre atores.

Parece prematura qualquer especulação quanto ao futuro das relações Sul – Sul, agora potencializadas pela disponibilização de APD, mas a identificação da existência de diferentes capacidades de intervenção e poder entre os PVD permite, no seu limite, perspectivar a criação de relações entre PVD parecidas com a hoje entendidas como Norte – Sul. Esta dinâmica não é estranha a estes 'novos doadores', pelo contrário, é enormemente aproveitada nos esforços de defesa dos seus interesses no sistema internacional. O peso que os 'novos doadores' exercerão no próprio sistema internacional ainda não está definido, pelo contrário, encontra-se atualmente num processo ativo e dinâmico de construção.

Este trabalho buscou, em última instância, aportar novos conhecimentos ao debate sobre a APD, sistematizando algumas das ainda recentes informações sobre a Cooperação Sul – Sul. Neste seguimento, outras futuras investigações parecem também pertinentes como, por exemplo, o impacto do processo

interno de desenvolvimento dos 'novos doadores' quando da disponibilização de APD ou o aumento da diferenciação do modelo de disponibilização de APD Sul – Sul.

Anexo I – Projetos de Cooperação executados pela ABC no ano 2007⁴¹

ÁFRICA		
ÁFRICA - ANGOLA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária.	46.620,00
2	Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola.	58.448,00
3	Escola de Todos.	130.250,00
4	Identificação das Necessidades Angolanas nas Áreas de Gestão da Cultura, Recuperação do Acervo Audiovisual e Arquivo Histórico.	23.480,00
5	Capacitação em Patrimônio Cultural: Inventários de Patrimônio Cultural, Conservação de Documentos, Estruturação de Museus.	280.000,00
6	Apoio à Preservação da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola.	175.000,00
7	Transferência de Controle do Centro de Formação do Cazenga.	72.563,00
8	Identificação das Necessidades Angolanas nas Áreas de Malária, Saúde da Família, Nutrição, Vigilância em Saúde e Banco de Leite.	12.160,00
9	Apoio à reestruturação de rede de bibliotecas na área da saúde em Angola e em Moçambique.	9.558,00
10	Fortalecimento do Sistema de Saúde da República de Angola (Fiocruz).	357.410,00
11	Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária.	155.000,00
12	Projeto de Inserção Social pela Prática Esportiva.	106.218,00
13	Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola.	79.300,00
14	Identificação das Necessidades Angolanas nas Áreas dos Censos, Pesquisas, Sistemas de Tecnologia de Informação e Planejamento Estratégico.	10.260,00
Subtotal Angola:		1.516.267,00
ÁFRICA - ARGÉLIA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Cooperação Técnica para Apresentação de Propostas na Área Agrícola.	21.100,00
2	Missão de Cooperação Técnica para Apresentação de Proposta na Área de Tratamento de Queimados.	3.680,00
Subtotal Argélia:		24.780,00
ÁFRICA - BENIN		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	PROJETO
1	Missão para Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Agricultura.	25.040,00
2	Capacitação de Especialistas nas Diversas Etapas da Cadeia Produtiva do Etanol a partir da Cana-de-Açúcar.	85.000,00
3	Identificação das Necessidades na Área da Cotonicultura.	5.840,00
4	Fortalecimento da Cotonicultura em Benin.	100.500,00
5	Treinamento de Médicos e Farmacêuticos Bioquímicos em Tratamento e Diagnóstico Parasitológico de Malária com Controle de Qualidade.	20.000,00
Subtotal Benin:		236.380,00
ÁFRICA - BOTSUANA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Capacitação na Área de Produção e Distribuição de Anti-Retrovirais.	25.000,00
Subtotal Botsuana:		25.000,00
ÁFRICA - BURQUINA FASO		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Identificação das Necessidades Burquinenses na Área da Cotonicultura.	105.980,00
Subtotal Burquina Faso:		105.980,00

⁴¹ Valores dos projetos estão explicitados em dólares americanos.

ÁFRICA - CABO VERDE		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Apoio à missão técnica para a elaboração de projetos de cooperação técnica nas áreas de Engenharia Rural, Agricultura e Pecuária.	8.358,59
2	Apoio ao Desenvolvimento de Horticultura.	167.000,00
3	Apoio ao Desenvolvimento da Ovino-Caprinocultura.	155.000,00
4	Apoio ao Fortalecimento Institucional do INIDA.	65.000,00
5	Programa Alfabetização Solidária em Cabo Verde - FASE III.	110.808,00
6	Escola de Todos.	62.440,00
7	Escola de Todos - Fase II.	165.612,00
8	Apoio à Implantação da Universidade de Cabo Verde e ao Desenvolvimento do Ensino Superior.	175.000,00
9	Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde.	797.212,00
10	Revisão "C": Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional.	150.000,00
11	Formação Profissional em Turismo e Hospitalidade.	95.030,00
12	Missão de prospecção para elaboração de diagnósticos na área de alimentação escolar.	6.700,00
13	Apoio ao Programa Nacional de Cantinas Escolares: Fase I - Fortalecimento do ICASE.	52.800,00
14	Formação sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e Prevenção de Riscos Profissionais - Módulo II.	20.640,00
15	Missão de Prospecção para elaboração de Projeto de Cooperação Técnica nas áreas de malária e anemia falciforme.	16.860,00
16	Apoio ao Programa de Prevenção e Controle de Malária.	107.709,00
17	Fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde de Cabo Verde (Fiocruz).	75.030,00
Subtotal Cabo Verde:		2.231.199,59
ÁFRICA - CAMEROUN		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Formação de Recursos Humanos e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento de uma Cacaucultura Sustentável na República do Cameroun.	140.000,00
2	Capacitação em artesanato em vime.	30.000,00
3	Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária.	106.000,00
Subtotal Cameroun:		276.000,00
ÁFRICA - EGITO		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projeto de Cooperação Técnica na Área de Semi-Árido e Recursos Hídricos entre o Brasil e Países Árabes.	7.807,00
Subtotal Egito:		7.807,00
ÁFRICA - GÂMBIA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Apoio à missão técnica para elaboração de projetos de cooperação técnica na área de cultivo e manejo de frutíferas na Gâmbia.	3.752,00
Subtotal Gâmbia:		3.752,00
ÁFRICA - GUINÉ-BISSAU		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projeto de Cooperação Técnica na Área de Agricultura entre o Brasil e Guiné-Bissau.	4.298,00
2	Transferência de Tecnologia e Capacitação Técnica para a Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Agronegócio.	72.120,00
3	Transferência de Tecnologias em Sistemas de Produção e Processamento do Caju.	149.984,00
4	Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju.	130.000,00
5	Missão Exploratória para Elaboração de Projeto de Cooperação Técnica na Área de Ensino Técnico Agroindustrial.	13.758,00

6	Apoio ao Fortalecimento do Programa de Formação de Professores em Exercício do Ministério da Educação da Guiné-Bissau.	33.928,00
7	Apoio à Formação de Quadros para o Governo da Guiné-Bissau.	57.816,00
8	Missão exploratória para elaboração de projetos de cooperação técnica nas áreas de educação à distância e ensino da língua portuguesa.	19.782,00
9	Missão de Diagnóstico na Área de Formação Profissional em Contabilidade e Administração.	15.382,00
10	Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau.	1.334.215,00
11	Missão de Prospecção para Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Malária e Anemia Falciforme.	18.210,00
12	Fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde da Guiné-Bissau (Fiocruz).	183.223,00
13	Missão para o Desenvolvimento de Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica em Guiné-Bissau - Pastoral da Criança.	19.810,66
14	Apoio ao Fortalecimento da Assembléia Nacional Popular Bissau-Guineense.	12.060,00
Subtotal Guiné-Bissau:		2.064.586,66
ÁFRICA - MALI		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Identificação das Necessidades na Área da Cotonicultura.	6.560,00
2	Fortalecimento da Cotonicultura em Mali.	100.500,00
Subtotal Mali:		107.060,00
ÁFRICA - MARROCOS		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Identificação de Projeto na Área da Formação Profissional.	21.280,00
2	Desenvolvimento da Formação Profissional para Deficientes Visuais.	85.000,00
3	Escola de Todos.	66.628,00
Subtotal Marrocos:		172.908,00
ÁFRICA - MOÇAMBIQUE		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão Conjunta para Concepção e Elaboração de Projetos nas Áreas de Construção de Cisternas, Produção de Hortaliças e Frutas, Transporte Urbano, Biodiesel, Educação Ambiental e Habitação.	32.400,00
2	Estudo de viabilidade sobre o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de cultivo inovadores para pequenos produtores.	11.200,00
3	Construção de Cisternas, Barragens Subterrâneas, Captação de Água da Chuva "In Situ" e Jardins Produtivos em Comunidades de Gaza, Inhambane e Tete.	300.000,00
4	Biodiesel (Área de Recursos Humanos e Plantio).	50.000,00
5	Cultivo de Hortaliças e Frutas.	78.700,00
6	Programa de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique - Fase III.	109.000,00
7	Bolsa-Escola em Moçambique - Fase IV.	97.990,00
8	Nutrição e Segurança Alimentar.	107.000,00
9	Fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde de Moçambique (Fiocruz).	194.366,00
10	"Estamos Juntos" - Políticas Sociais, Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção das DST e AIDS - Módulo I.	52.000,00
11	"Estamos Juntos" - Políticas Sociais, Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção das DST e AIDS - Módulo II.	25.000,00
12	Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária.	150.000,00
13	Avaliação das medidas de prevenção e controle da malária de Moçambique.	10.800,00
14	Estudo de Viabilidade Técnico Económico para Instalação de Fábrica de Medicamentos em Moçambique para Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e Outros.	455.400,00
15	Elaboração de mapa geoambiental da região metropolitana de Maputo.	7.800,00
16	Construção de Casas Populares.	165.100,00
17	Inserção Social pela Prática Esportiva.	104.678,00
18	Capacitação em barreiras técnicas ao comércio e norma ISO/IEC 17025.	8.400,00
Subtotal Moçambique:		1.959.834,00

ÁFRICA - NAMÍBIA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Apoio técnico ao Governo namibiano na área de produção de cana-de-açúcar.	4.010,00
2	Assistência à produção de frutas subtropicais e leguminosas na Namíbia.	82.343,00
3	Identificação das possibilidades Cooperação Técnica com a Namíbia nas áreas de HIV/AIDS e Banco de Leite.	12.160,00
4	Identificação das possibilidades de cooperação nas áreas de gestão de resíduos sólidos, política habitacional e metodologias de construção não-convencionais.	14.400,00
5	Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia e Apoio Técnico ao Governo Namibiano na Área de Desenvolvimento Urbano.	90.154,00
Subtotal Namíbia:		203.067,00
ÁFRICA - NIGÉRIA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Produção e Processamento de Frutas Tropicais e Hortaliças na Nigéria.	119.000,00
2	Produção e Processamento Agroindustrial de Mandioca.	58.000,00
3	Missão de detalhamento de cooperação técnica na área de saúde (medicamentos anti-retrovirais).	16.746,97
4	Capacitação de Técnicos para Operação de Fábrica de Anti-Retrovirais (Fiocruz).	120.000,00
5	Apoio ao Programa de Prevenção e Controle de Malária.	84.000,00
Subtotal Nigéria:		397.746,97
ÁFRICA - QUÊNIA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Projeto Malária.	105.000,00
2	Capacitação em Combate a Incêndios Florestais.	4.694,96
3	Treinamento em Bombeiros Florestais.	20.000,00
4	Apoio à Implantação da Diretoria de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal.	16.434,00
5	Capacitação em Conservação da Natureza.	3.804,21
6	Treinamento de Guarda-Vidas.	20.000,00
7	Capacitação de Técnicos de Futebol Quenianos.	20.207,27
Subtotal Quênia:		190.140,44
ÁFRICA - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Construção Institucional e Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe.	51.984,00
2	Apoio ao Desenvolvimento da Área Agrícola da República Democrática de São Tomé e Príncipe.	46.910,00
3	Implementação do Programa de Alimentação Escolar.	40.000,00
4	Projeto Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe - Fase III.	111.422,00
5	Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe - Fase III.	269.080,00
6	Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe - Fase IV.	267.000,00
7	Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato.	50.000,00
8	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe.	96.000,00
9	Levantamento preliminar da estrutura de hardware, software e comunicação, com vistas à implementação do governo eletrônico em São Tomé e Príncipe.	21.970,00
10	Implementação de Data Center para Apoio ao Sistema de Governo Eletrônico em São Tomé e Príncipe.	110.000,00
11	Missão de Prospecção de Cooperação Técnica na Área de Controle de Tráfego Aéreo, Infraestrutura Aeroportuária e Planejamento.	12.600,00
12	Treinamento de Jornalistas em Matéria de Cobertura Eleitoral.	4.212,00
Subtotal São Tomé e Príncipe:		1.081.178,00

ÁFRICA - SENEGAL		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Apoio à missão técnica para elaboração de projetos de cooperação técnica nas áreas de cultivos especiais, entomologia, produção animal e biocombustíveis no Senegal.	7.079,38
2	Apoio ao Combate ao Gafanhoto no Senegal.	35.640,00
3	Treinamento de Recursos Humanos para a Equipe de Combate a Gafanhotos no Senegal.	21.034,28
4	Treinamento de Pilotos para Combate a Gafanhotos no Senegal.	6.238,04
5	Treinamento de Técnico Senegalês no Combate de Moscas de Frutas de Mangas no Senegal.	4.745,10
6	Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura.	57.000,00
7	Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte e de Leite no Senegal.	81.848,00
8	Missão para Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica na Área de Biocombustível.	18.544,11
9	Formação de Recursos Humanos e Transferência de Tecnologia para Apoio ao Programa Nacional de Biocombustíveis.	300.000,00
Subtotal Senegal:		532.128,91
ÁFRICA - TUNÍSIA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Eucalipto.	17.179,58
2	Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucalipto na Tunísia.	77.645,00
Subtotal Tunísia:		94.824,58
ÁFRICA - ZÂMBIA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Capacitação de Corpo Técnico em Matéria de Atendimento Básico à Saúde, com ênfase em HIV/AIDS.	80.000,00
Subtotal Zâmbia:		80.000,00
ÁFRICA - ZIMBÁBUE		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Capacitação de Corpo Técnico em Matéria de Atendimento Básico à Saúde, com ênfase em HIV/AIDS.	80.000,00
2	Apoio ao Desenvolvimento Urbano.	40.000,00
Subtotal Zimbábue:		120.000,00
SUBTOTAL ÁFRICA:		11.430.640,15
ORIENTE MÉDIO - LÍBANO		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Prospecção para Identificação de Possibilidade de Cooperação Técnica na Área da Agricultura.	4.236,30
2	Capacitação de técnicos libaneses em atividades agropecuárias.	12.592,53
3	Missão de Prospecção para Identificação de Possibilidades de Cooperação Técnica na Área da Saúde no Líbano.	4.049,69
4	Transferência de Tecnologia de Gestão de Resíduos Sólidos para Profissionais Libaneses.	17.760,00
5	Transferência de Tecnologia da Informação para Profissionais Libaneses.	15.760,00
6	Transferência de Tecnologia Bancária para Profissionais Libaneses.	23.640,00
7	Missão de prospecção para identificação de possibilidades de cooperação técnica para apoiar os esforços de reconstrução do Líbano.	3.912,85
Subtotal Líbano:		81.951,37
SUBTOTAL ORIENTE MÉDIO:		81.951,37

ÁSIA E OCEANIA - TIMOR LESTE		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Adaptação das Cultivares de Café Catuai Vermelho e Katipó sob Cultivo Orgânico nas Condições do Timor Leste.	18.724,04
2	Apoio à Produção de Café Orgânico em Timor Leste.	56.425,00
3	Apoio ao Fortalecimento das Escolas Agrotécnicas de Timor Leste.	114.025,00
4	Formação de Professores em Exercício na Escola Primária de Timor Leste (PROFORMAÇÃO).	112.600,00
5	Apoio ao V Ciclo de Ensino do Centro de Becora.	79.907,69
6	Capacitação de Técnicos da Televisão de Timor Leste.	230.461,00
7	Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social em Timor Leste - Segunda Fase. Consolidação Gerencial e Pedagógica.	240.722,96
8	Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social em Timor Leste - Terceira Fase.	763.368,00
9	Missão para Desenvolvimento e Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica no Timor Leste. Pastoral da Criança.	20.696,74
10	Apoio à Elaboração da Lei Geral Eleitoral de Timor Leste.	13.338,83
11	Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor Leste.	184.941,54
12	Apoio ao Parlamento.	100.000,00
13	Apoio a Criação da Casa Brasil.	200.000,00
Subtotal Timor-Leste:		2.135.210,80
ÁSIA E OCEANIA - PAPUA NOVA GUINÉ		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Capacitação em Programas do SENAI para o Desenvolvimento Industrial.	15.600,00
Subtotal Papua Nova Guiné:		15.600,00
SUBTOTAL ÁSIA E OCEANIA:		2.150.810,80
AMÉRICA DO SUL - ARGENTINA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de prospecção de técnicos argentinos à Embrapa Hortaliças (Brasília-DF) e à Embrapa Semi-árido (Petrolina - PE) com vistas a elaborar projeto de cooperação técnica Brasil-Argentina no Haiti.	2.025,66
2	Missão de Prospecção de Oportunidades para a Cooperação Técnica Brasileira na Área de Fabricação de Kits de Diagnóstico e Reativos.	2.420,00
3	Definição de agenda de trabalho preliminar para as atividades conjuntas entre a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e a Administração Nacional de Laboratórios e Institutos de Saúde - ANLIS.	11.552,00
4	Desenvolvimento de capacidades para a Administração Nacional de Laboratórios e Institutos de Saúde (ANLIS).	56.568,00
5	Apoio Técnico para Implantação/Implementação de Bancos de Leite Humano na Argentina.	30.476,00
Subtotal Argentina:		103.041,66
AMÉRICA DO SUL - BOLÍVIA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de prospecção para estabelecimento de novos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Bolívia.	3.960,00
2	Missão de prospecção e detalhamento para estabelecimento de novos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Bolívia.	10.200,00
3	Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Meio Ambiente, Agricultura e Saúde entre o Brasil e a Bolívia.	10.655,14
4	Missão de Prospecção e capacitação de técnico boliviano à Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Biocombustíveis na Perspectiva Sócio-Ambiental.	2.112,00
5	Capacitação para o cultivo do palmito (<i>Bactris gasipaes</i>) em Chapare - Fase final.	1.408,95
6	Cultivo do Palmito (<i>Bactris gasipaes</i>) em Chapare - Implantação do Projeto Piloto.	3.536,00
7	Capacitação e Transferência de Tecnologia para Apoiar a Competitividade do Circuito Produtivo do Café na Região de Yungas – FASE II.	25.000,00
8	Missão para Treinamento de Técnicos Agrônomos Bolivianos em Produção e Comercialização de Café.	17.117,92

9	Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização da Área Livre de Praga.	27.499,00
10	Capacitação e Transferência de Tecnologia no Cultivo e Processamento de Frutas Tropicais em Chapare e Yungas.	25.000,00
11	Apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.	50.000,00
12	Apoio à Criação de uma Instituição de Pesquisa Agropecuária.	59.620,00
13	Fortalecimento da Agricultura Familiar nos Departamentos de Bani e Pando.	124.160,00
14	Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos e Intercâmbio Técnico em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar/Campesina e Reforma Agrária.	47.356,86
15	Manejo da Fauna Silvestre.	70.000,00
16	Incêndios Florestais.	50.000,00
17	Missão de Especialistas Bolivianos para Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica sobre Experiência Brasileira do Sistema Único de Saúde.	5.267,31
18	Missão de especialistas para a realização de diagnóstico do tratamento a vítimas de queimaduras na Bolívia.	6.343,71
19	Estruturação do Centro de Referência para Queimados em La Paz.	96.896,00
20	Assessoria à Pastoral da Criança na Bolívia.	2.591,81
21	Apoio à Administração do Trabalho: Estrutura e Gestão da Inspeção do Trabalho.	12.330,00
22	Apoio à Administração do Trabalho: Programas em Matéria de Políticas Públicas de Emprego e Economia Solidária - Fortalecimento das Instituições.	16.350,00
23	Missão para Fortalecimento da Cooperação Técnica entre as Instituições Responsáveis pela Área dos Transportes Rodoviários no Brasil e na Bolívia.	1.943,37
24	Missão de Prospecção para Estabelecimento de Novos Projetos de Cooperação Técnica na Área Energética entre Brasil e Bolívia.	5.178,52
25	Curso de Inteligência e Segurança Institucional.	17.150,00
Subtotal Bolívia:		691.676,59
AMÉRICA DO SUL - COLÔMBIA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Especialistas Brasileiros para Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica com a Colômbia.	25.784,00
2	Capacitação Integral de Técnicos Colombianos no Cultivo da Seringueira.	19.032,00
3	Treinamento de técnicos colombianos em métodos de plantio da seringueira.	6.750,00
4	Planos de Energização Rural Vinculados ao Desenvolvimento Local.	26.660,00
5	Assessoria à Pastoral da Criança na Colômbia.	1.680,00
6	Visita Técnica para Intercâmbio de Experiências sobre o Tratamento da Leishmaniose no Brasil e na Colômbia.	31.222,20
7	Fortalecimento das Assessorias Internacionais de Saúde.	27.000,00
8	Formulação do Programa Distrital de Reciclagem.	12.508,00
Subtotal Colômbia:		150.636,20
AMÉRICA DO SUL - EQUADOR		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão para Detalhamento de Novos Projetos de Cooperação Técnica entre Brasil e Equador.	25.965,00
2	Missão de Identificação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica na Área Agrícola no Equador.	6.907,24
3	Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Meio Ambiente e Agricultura entre o Brasil e o Equador.	9.024,00
4	Capacitação Técnica em Manejo Agronômico e Processamento para a Cultura do Cacau no Equador.	26.635,00
5	Capacitação Técnica em Manejo Agronômico e Processamento Agroindustrial de Frutas Tropicais no Litoral Equatoriano.	41.725,00
6	Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis.	63.114,00
7	Reunião Preparatória à Visita ao Brasil do Ministro da Saúde Pública do Equador.	1.852,43
8	Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Equador.	29.550,00

9	Atividade Isolada para Apresentação do SUS.	20.000,00
10	Fortalecimento do Sistema de Vigilância Epidemiológica no Equador.	39.592,00
11	Apoio à Implementação do Banco de Leite Humano Isidro Ayora.	23.116,00
12	Fortalecimento dos Modelos Nacionais de Promoção e Proteção à Saúde dos Povos Indígenas do Brasil e do Equador.	64.737,00
13	Políticas Públicas de Combate à Fome e de Segurança Alimentar e Nutricional.	78.626,00
14	Projeto Consolidação e Reprodução de Ações de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Equatoriana na Luta contra a Pobreza Rural.	46.988,00
15	Fortalecimento dos Sistemas de Inspeção do Trabalho, com Ênfase na Prevenção, Combate e Erradicação do Trabalho Infantil.	17.715,00
16	Apoio ao Fortalecimento do Processo de Planejamento, Formulação, Aprovação e Avaliação Orçamentária do Governo Equatoriano.	44.170,00
17	Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Microfinanças e Reestruturação de Bancos Públicos entre o Brasil e o Equador.	2.092,00
Subtotal Equador:		541.808,67
AMÉRICA DO SUL - GUIANA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção e Utilização da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana.	20.240,00
2	Programa de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção e Processamento para o Desenvolvimento da Indústria de Caju na Guiana.	20.240,00
3	Missão de Prospecção na Área da Saúde.	302,00
Subtotal Guiana:		40.782,00
AMÉRICA DO SUL - PARAGUAI		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Prospecção de oportunidades e projetos nas áreas de agricultura, pecuária, saúde e biocombustíveis.	3.805,00
2	Capacitação Técnica de Pesquisadores nas Principais Cadeias Produtivas do Agronegócio do Paraguai.	61.359,00
3	Desenvolvimento de Técnicas para a Produção de Biocombustíveis no Paraguai.	51.118,00
4	Capacitação Técnica em Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural.	5.400,00
5	Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas em Agricultura Familiar/Campesina.	27.751,00
6	Centro de Formação e Capacitação Profissional Paraguai-Brasil em Hemandárias - FASE II, Consolidação e Ampliação.	206.810,00
7	Centro de Formação e Capacitação Profissional Paraguai-Brasil em Hemandárias - FASE III, Consolidação, Ampliação e Expansão.	631.420,00
8	Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Paraguai.	23.865,00
9	Apoio à Implantação e Implementação do Banco de Leite Humano no Paraguai.	56.000,00
10	Missão para Desenvolvimento e Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica no Paraguai - Pastoral da Criança.	5.340,00
11	Treinamento de funcionários paraguaios nas áreas de informação tecnológica e patentes.	5.380,00
12	Missão de prospecção de oportunidades na área de inclusão digital.	730,00
13	Modelagem de Política Postal no Paraguai, com o Estabelecimento do Serviço Postal Universal.	62.665,00
Subtotal Paraguai:		1.141.643,00
AMÉRICA DO SUL - PERU		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Agricultura, Aquicultura, Apoio à Pequena e Micro Empresa, Meio Ambiente, Planejamento, Trabalho, Saúde, Desenvolvimento Social e Energia entre o Brasil e o Peru.	14.712,00
2	Missão de Prospecção visando ao Desenvolvimento de Ações de Cooperação Técnica na Área Agrícola.	1.912,00
3	Transferência de Métodos e Instrumentos de Gestão de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário.	12.190,00
4	Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio ao Plano Meriss.	43.500,00

5	Desenvolvimento de Cultivos Alternativos para a Produção de Biocombustíveis.	24.287,00
6	Controle de Raiva Silvestre.	67.574,00
7	Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e Peru.	23.865,00
8	Fortalecimento da Regulamentação e Fiscalização em Saúde Pública no Processo de Descentralização dos Ministérios da Saúde do Peru e do Brasil.	23.865,00
9	Implementação e Adequação das Normas Técnicas da Estratégia Sanitária Nacional de Combate à DST/AIDS.	26.475,00
10	Fortalecimento da Capacidade de Resposta dos Serviços de Saúde Frente a uma Pandemia de Influenza.	57.540,00
11	Gestão Descentralizada dos Programas Sociais.	48.001,00
12	Fortalecimento Institucional do Programa Nacional de Apoio Direto aos Mais Pobres.	30.712,00
13	Avaliação das Condições Ambientais da Região de Huaypetuhe.	8.438,00
14	Recuperação Ambiental da Região de Huaypetuhe.	110.780,00
15	Capacitação em Gerenciamento de Riscos Químicos: Prevenção da Exposição a Metais Pesados e Solventes.	10.608,00
16	Sistema Eletrônico de Contratações Estatais.	45.645,00
Subtotal Peru:		550.104,00
AMÉRICA DO SUL - SURINAME		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Programa de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção e Processamento para o Desenvolvimento da Indústria de Caju no Suriname.	20.240,00
Subtotal Suriname:		20.240,00
AMÉRICA DO SUL - URUGUAI		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de detalhamento de projetos nas áreas de agricultura e pecuária, educação, governo eletrônico, formação profissional, saúde, cultura, meio ambiente e pequenas e médias empresas no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Brasil e Uruguai.	8.870,00
2	Capacitação Técnica em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural.	6.597,00
3	Aportes de Conhecimento sobre os Fatores que Incidem na Necrose de Gemas da Flor da Péra no Uruguai.	18.260,00
4	Incidência de Diferentes Dietas para o Crescimento Animal, o Rendimento e a Qualidade de Carne.	60.473,00
5	Intercâmbio para o Desenvolvimento de Variedades Melhoradas de Hortaliças.	25.550,00
6	Capacitação e Transferência de Metodologia para o Zoneamento do Cultivo da Videira no Uruguai e Caracterização Enológica dos Vinhos Regionais.	9.636,00
7	Capacitação Técnica em Políticas Públicas para o Financiamento da Produção da Agricultura Familiar.	5.700,00
8	Visita Técnica de Docentes do CETP/UTU ao CEFET Ouro Preto para Conhecimento de Ações Empreendidas na Área de Mineração.	7.060,00
9	Projeto de Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Conselhos de Educação Técnico-Profissional da Universidade do Trabalho do Uruguai – CETP/UTU nas Áreas de Indústria, Energia e Meio Ambiente.	36.096,00
10	Impacto Ambiental pelos Sistemas Agrícolas de Terras Baixas: o Caso da Bacia da Lagoa Mirim.	6.418,00
11	Capacitação em Educação Ambiental e Produção Colaborativa de Material Didático para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim.	37.448,00
12	Produção Colaborativa de Informações Ambientais para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim: Consolidação da Rede de Instituições Parceiras e Adequação de Base de Dados para SIG.	36.895,00
13	Fortalecimento das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Uruguai.	15.510,00
14	Treinamento na área de vigilância sanitária em medicamentos.	25.934,00
15	Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano no Uruguai.	28.702,00
16	Missão de Especialistas Uruguaios ao Brasil para Visita Técnica na Área de Inclusão Digital.	7.225,00
17	Missão de Chancelaria Uruguia para Conhecer o Funcionamento da Agência Brasileira de Cooperação.	6.436,00
18	Capacitação em Laboratórios de Ensaio Físico-Mecânicos.	4.520,00
19	Treinamento de Técnicos Uruguaios na Área de Exame de Patentes.	2.066,00

20	Missão Técnica a Montevideu para Detalhamento do Plano de Ação do Projeto Cozinha Montevideu.	3.935,00
Subtotal Uruguai:		353.331,00
AMÉRICA DO SUL - VENEZUELA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Formação de Técnicos Venezuelanos em Cultivos de Mamona.	5.514,00
Subtotal Venezuela:		5.514,00
AMÉRICA DO SUL - REGIONAL		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Curso Internacional de Treinamento para Capacitação em Tecnologia Agroflorestal - TCTP.	19.986,00
2	Diagnóstico da Integração das Cadeias Produtivas no Mercosul e Propostas de Aprimoramento.	26.030,00
Subtotal Regional América do Sul:		46.016,00
AMÉRICA DO SUL - REGIONAL/MERCOSUL		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de prospecção e capacitação de técnicos guianenses, surinamenses e paraguaios à Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Biocombustíveis na Perspectiva Sócio-Ambiental.	7.806,00
2	Seminário MERCOSUL-COREIA na área agrícola.	14.442,00
3	Intercâmbio de Conhecimentos na Área de Educação Profissional e Tecnológica entre os Países Partes e Associados do Sistema Educacional do Mercosul.	144.000,00
4	Capacitação de Diplomatas Sul-Americanos na Área de Cooperação Técnica.	14.246,40
5	Curso de Formulação de Projeto de Cooperação Técnica.	105.000,00
6	Capacitação em Solução de Controvérsias na OMC.	52.498,12
7	Capacitação em Avaliação da Conformidade.	15.920,00
8	Participação Africana no Encontro do Grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores ao Desenvolvimento.	36.000,00
Subtotal Regional/Mercosul:		389.912,52
SUBTOTAL AMÉRICA DO SUL		4.034.705,64
AMÉRICA CENTRAL - BELIZE		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de especialistas brasileiros para elaboração de projetos de cooperação técnica.	11.736,00
Subtotal Belize:		11.736,00
AMÉRICA CENTRAL - COSTA RICA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Aprimoramento de Técnicas de Produção de Hortaliças sob Ambientes Protegidos na Costa Rica.	41.180,00
2	Implantação do controle metrológico de instrumentos de medição utilizados no âmbito da saúde e do meio ambiente.	28.960,00
3	Apoio Técnico para o Desenvolvimento e Acompanhamento de Análise de Risco em Saúde, Ambiente e Segurança nas Instalações da RECOPE.	14.880,00
4	Projeto Capacitação e Treinamento sobre Derrames de Hidrocarbonetos e Outros Materiais Perigosos nas Instalações Petrolíferas, Linhas de Oleodutos Terrestres e Aquáticos (Água Interior).	16.200,00
5	Mercado Atacadista de Eletricidade.	32.580,00
6	Sistemas de Controle Distribuídos - U.E.N. Produção.	9.000,00
Subtotal Costa Rica:		142.800,00
AMÉRICA CENTRAL - EL SALVADOR		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão para detalhamento de projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura, saúde e segurança pública e visitas técnicas a instituições brasileiras.	2.020,00
2	Manejo Agronômico, Processamento da Castanha e Pedúnculo do Caju.	22.744,00

3	Manejo Agrônômico e Processamento de Coco Anão, Gigante e Híbrido.	19.187,00
4	Desenvolvimento do Processo Agroprodutivo da Mamona.	35.088,00
5	Fortalecimento da resposta à epidemia da HIV/AIDS em El Salvador.	68.850,00
6	Conservação da Arquitetura Tradicional de Centros e Conjuntos Históricos e sua Paisagem Cultural.	25.590,00
7	Missão de especialistas brasileiros para realização de diagnóstico sobre gestão dos transportes públicos em El Salvador.	11.184,00
8	Capacitação na Área de Planejamento de Transportes.	20.000,00
Subtotal El Salvador:		204.663,00
AMÉRICA CENTRAL - HONDURAS		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Especialista Brasileiro na Área de Etanol à Honduras.	876,00
2	Projeto Capacitação em Manejo da Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga.	29.183,00
3	Gestão de Recursos Hídricos.	30.000,00
Subtotal Honduras:		60.059,00
AMÉRICA CENTRAL - NICARÁGUA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Capacitação em Manejo da Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão.	9.316,00
Subtotal Nicarágua:		9.316,00
AMÉRICA CENTRAL - PANAMÁ		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Capacitação e Visita Técnica para Apresentação do Sistema Único de Saúde com vistas à Elaboração de Projetos de Cooperação.	3.836,40
Subtotal Panamá:		3.836,40
AMÉRICA CENTRAL - REGIONAL		
1	Missão de prospecção de oportunidades para a cooperação técnica brasileira nas áreas de recursos hídricos, agricultura e formação profissional em Costa Rica, Honduras, Nicarágua e República Dominicana.	13.100,00
2	Capacitação para técnicos em Defesa Civil das Bahamas, St. Kitts e Névis, Antígua e Barbuda, Dominica, Barbados, São Vicente e Granadinas, Granada, Trinidad e Tobago e Santa Lúcia.	118.032,86
Subtotal Regional América Central:		131.132,86
SUBTOTAL AMÉRICA CENTRAL:		563.543,26
CARIBE - BARBADOS		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Visita Técnica do Ministro de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Barbados ao Brasil.	551,67
Subtotal Barbados:		551,67
CARIBE - CUBA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de especialistas brasileiros para elaboração de projetos de cooperação técnica.	11.495,00
2	Fortalecimento Institucional do Ministério da Agricultura de Cuba na Área de Pesquisa Agropecuária - Fase I.	43.862,00
3	Fortalecimento Institucional do Ministério da Agricultura de Cuba na Área de Pesquisa Agropecuária - Fase II.	80.000,00
4	Capacitação Técnica em Aqüicultura.	3.840,00
5	Projeto de Fortalecimento da Odontologia no Brasil e em Cuba - Fase I.	85.097,00
6	Estudos para o Manejo e Uso Racional dos Recursos de Águas Minerais (Águas Subterrâneas) / SIAGAS - Cuba.	9.600,00
7	Projeto Intercâmbio Técnico e Industrial na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas.	17.820,00
8	Gestão Integrada de Águas Litorâneas.	21.786,00

9	Melhoramento de Biotérios no Brasil e em Cuba.	8.000,00
10	Capacitação para a Aplicação da Geoestatística na Exploração Mineira em Cuba.	8.000,00
11	Utilização da Geoestatística para a Classificação de Recursos e Reservas Minerais em Cuba.	7.400,00
12	Estudo da Degradação Ambiental da Mineração na Região de Santa Lucía Ocidente de Cuba.	20.658,00
13	Avaliação e Diagnóstico sobre a Degradação Ambiental da Mina "El Cobre".	8.000,00
14	Capacitação para o Uso de Tecnologia SIG na Análise e Edição de Cartografia Geológica Digital de Cuba.	12.600,00
15	Apoio Técnico ao Programa de Qualidade e Produtividade Sistêmica de Cuba.	3.631,00
16	Fortalecimento das Capacidades Locais para Impulsionar a Economia Territorial das Províncias Cubanas no Marco do Programa de Desarrollo Humano Local.	13.716,00
17	Aplicação de Modelos Econométricos - Fase I.	13.788,00
18	Aplicação de Modelos Econométricos - Fase II.	16.862,00
19	Projeto "Diplomado en Banca Comercial" - Fases III e IV.	113.921,00
20	Seminário sobre Gestão de Recursos Humanos por Competências.	5.688,00
21	Instalação de Telecentros Comunitários e Capacitação em Software Livre.	17.786,00
22	Certificação de Produtos.	50.000,00
Subtotal Cuba:		573.550,00
CARIBE - HAITI		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Prospecção de Técnicos Brasileiros da Embrapa Hortaliças (Brasília-DF) e da Embrapa Semi-Árido (Petrolina - PE) ao Haiti com vistas a Elaborar Projetos de Cooperação Técnica.	8.080,00
2	Transferência de Tecnologias em Sistema de Produção e Processamento do Caju para o Haiti.	88.680,00
3	Desenvolvimento da Cultura da Mandioca.	95.400,00
4	Capacitação de Técnicos Haitianos em Construção de Cisternas na Embrapa Semi-Árido (Petrolina-PE).	19.952,51
5	Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti.	91.152,38
6	Missão de Prospecção e Capacitação de Técnicos Haitianos à Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Biocombustíveis na Perspectiva Sócio-Ambiental.	14.464,00
7	Desenvolvimento Agroindustrial Suco-Alcooleiro do Departamento do Norte (Cap Haïtien) do Haiti.	2.603,00
8	Desenvolvimento e Formulação de Políticas Públicas Relativas aos Recursos Hídricos no Haiti especialmente para Aplicações Agrícolas.	70.000,00
9	Desenvolvimento Florestal e Recuperação de Áreas Degradadas -- Brasil-Espanha-Haiti.	240.000,00
10	Implementação da Participação Brasileira no Âmbito do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Mundial para a Execução do Projeto "Solid Waste Management Strategy".	125.000,00
11	Implementação da Participação Brasileira no Âmbito do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Mundial para a Execução do Projeto "Haiti Building Institutional Capacity and Strengthening Provision of School Feeding Program".	300.000,00
12	Proposta de Cooperação Técnica junto ao Governo do Haiti para Reestruturação dos Serviços de Imunização.	8.877,00
13	Projeto de Vacinação e Imunização Brasil-Canadá-Haiti.	600.000,00
14	Capacitação em Software Livre e Instalação de Telecentro Comunitário.	365,40
15	Inserção Social pela Prática Desportiva.	58.000,00
16	Subprojeto para Apoio à Organização das Eleições Locais e Legislativas no Haiti.	1.000.000,00
17	Observação do processo eleitoral haitiano com vistas a identificar áreas de cooperação técnica brasileira em matéria eleitoral.	7.486,67
18	Reciclagem Operacional para Bombeiros em Contra-Incêndio e Salvamento em Aeródromos.	21.867,06
Subtotal Haiti:		2.751.928,02
CARIBE - JAMAICA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão para Viabilização de Projetos na Área de Manejo da Produção de Frutas Tropicais e Processamento de Frutas.	3.750,19

2	Programa de Treinamento para Técnicos em Cultivos e Processamentos visando à Diversificação e ao Aprimoramento da Fruticultura Tropical na Jamaica.	54.736,00
3	Missão para o Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica na Área de Agroenergia.	3.135,00
4	Missão para o Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica na Área de Etanol Combustível.	12.196,22
5	Apoio Técnico ao Governo Jamaicano na Área de Cana-de-Açúcar e Biocombustíveis.	3.543,14
6	Missão de Especialista Brasileiro na Área de Etanol.	3.076,95
7	Apoio Técnico ao Governo da Jamaica na Área de Etanol Combustível e sua Inclusão na Matriz Energética Jamaicana.	2.979,87
8	Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas para Apoio ao Programa Jamaicano de Modernização do Setor Sucroalcooleiro.	64.015,00
Subtotal Jamaica:		147.432,37
CARIBE - REPÚBLICA DOMINICANA		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Capacitação em Manejo da Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão.	10.516,00
2	Desenvolvimento do Processo Agroprodutivo da Mamona.	7.338,00
3	Capacitação de Técnicos Dominicanos para a Instalação de Bancos de Leite Humano - Hospital Gineco-Obstétrico Maternidad Nuestra Señora de la Altigracia.	7.839,00
4	Capacitação de Equipe Técnica Dominicana após a Instalação de Bancos de Leite Humano - Hospital Gineco-Obstétrico Maternidad Nuestra Señora de la Altigracia.	14.985,00
5	Avaliação e Monitoramento do Banco de Leite Humano - Hospital Gineco-Obstétrico Maternidad Nuestra Señora de la Altigracia.	8.470,00
6	Formulação de Política de Gerenciamento de Banco de Dados do Sistema de Cadastro de Beneficiários do Programa de Subsídios Sociais.	20.244,67
7	Sistemas de Parques Urbanos.	9.248,00
8	Manejo de Resíduos Sólidos.	4.624,00
9	Capacitação a Produtores Dominicanos de Calçados.	10.500,00
Subtotal República Dominicana:		93.764,67
SUBTOTAL CARIBE:		3.419.794,36
OUTROS PROJETOS - CPLP		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Apoio à Formação de Quadros de Comunicação Institucional para os Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa: Técnicas de Jornalismo e Relações Públicas.	87.302,00
2	Oficina de Trabalho sobre Educação de Jovens e Adultos nos Países de Língua Portuguesa.	60.293,58
Subtotal CPLP:		147.595,58
OUTROS PROJETOS - REGIONAL PAÍSES ÁRABES		
Nº	TÍTULO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO
1	Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica na Área de Semi-Árido e Recursos Hídricos Brasil e Países Árabes.	2.452,00
Subtotal Países Árabes:		2.452,00
SUBTOTAL OUTROS PROJETOS:		150.047,58
TOTAL GERAL:		21.978.925,53

Fonte: MRE (2007)

Bibliografia

ABC: Agência Brasileira de Cooperação <http://www.abc.gov.br/abc/abc.asp> [11 de Maio de 2009].

Africa 21(2008), "Seminário em Brasília quer reforçar cooperação na área social com países africanos", www.africa21digital.com/noticia_pdf.kmf?cod=7629484 [11 de Maio de 2009].

Allison, Graham (1971) *Essence of decision: Explaining the cuban missile crisis*. Boston: Little Brown.

Axelrod, Robert (1984) *The evolution of cooperation*. New York: Basic Book Publishers.

Berthélemy, Jean-Claude (2006) "Bilateral donors' interest vs. Recipients' development motives in aid allocation: Do all donors behave the same?" *Review of development economics*. 10(2), 179 – 194.

Breuning, Marijke (1994) "Clouded vision: The complexities of foreign aid motivation" *Mershon international studies review*. 38, 357 – 359.

Browne, Stehen (2006) *Aid and influence: Do donors help or hinder?* London: Earthscan.

Buzan, Barry (1995) "The level of analysis problem in International Relations reconsidered" in Booth, Ken; Smith, Steve (eds.) *International relations theory today*. Pennsylvania: State University Press.

Carlnaes, Walter (1993) "The agent-structure problem in foreign policy analysis" *International studies quarterly*. 36(3), 254 – 270.

Cervo, Amado Luiz (1994) "Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil" *Revista brasileira de política internacional*. 37(1), 37 – 63.

Chomsky, Noam (2000) *Rogue States: the rule of force in world affairs*. London: Pluto Press.

Dollar, David e Levin, Victoria (2006) "The increasing selectivity of foreign aid: 1984 – 2003" *World development*. 34 (12), 2034 – 2046.

Faiola, Anthony e Kessler, Glenn (2008), "As Summit starts, emerging nations weigh new clout" *The Washington Post*. 15 de Novembro.

Fearon, James D. (1998) "Bargaining, enforcement, and international cooperation" *International organization*. 52 (2), 269 – 305.

Fernandes de Oliveira, Marcelo (2005) "Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G-20" *Revista brasileira de política internacional*. 8(2), 55 – 69.

Fournier, Vincent (2004) "Le tropisme africain de Lula" *L'intelligent*. 8 de Agosto.

Giddens, Anthony (1979) *Central Problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. London: Macmillan.

Gilley, Bruce (2009) "Look to Brasilia, not Beijing: The rising challenge to China's great power aspirations" *The wall street journal*. 8 de Março de 2009.

Hall, Peter (1993) "Policy paradigms, social learning, and the State: the case of economic policymaking in Britain" *Comparative politics*. 25 (3), 275 – 296.

High Level Committee on South – South Cooperation (2007) *Brazilian intervention on item 2 – Review of progress made in implementing the Buenos Aires Plan of Action, the new directions strategy for South – South cooperation and the decisions of the Committee and Item 3 – Considerations on the report of the Administrator of the UNDP (including organizational and administrative matters)*.

Hill, Christopher (2003) *The changing politics of foreign policy*. New York: Palgrave Macmillan.

Hook, Steven W. (1995) *National interest and foreign aid*. London: Lynne Rienner Publishers.

Hook, Steven W. (1996) *Foreign aid toward the millennium*. London: Lynne Rienner Publishers.

Jacquet, Pierre (2006) "Les enjeux de l'aide publique au développement", *Politique étrangère*. 4, 941 – 954.

Keohane, Robert (1969) "Lilliputian's dilemmas: Small States in international politics" *International organization*. 23 (2), 291 – 310.

Khun, Thomas (1970) *The structure of scientific revolution*. Chicago: University of Chicago Press.

Krasner, Stephen (1982) "Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables" *International organization*. 36 (2), 185 – 205.

Lafer, Celso (2000) "Brasil: dilemas e desafios da política externa" *Estudos avançados*. 14 (38), 260 – 267.

Léo, Sérgio (2006) "Exportadores miram mercados emergentes" *Valor econômico*. 20 de Fevereiro.

Léo, Sérgio (2006a) "Lula quer maior aproximação com América Latina e África" *Valor econômico*. 04 de Setembro.

Lima, Maria Regina Soares de (2005) "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul" *Revista brasileira de política internacional*. 48(1), 24 – 59.

Lumsdaine, David Halloran (1993) *Moral vision in international politics: The foreign aid regime 1949 – 1989*. Princeton: Princeton University Press.

Matthies, Volker (1979) "Collective self-reliance: concept and reality" *Intereconomics*. 14 (2), 75 – 79.

MRE (2005) *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação - Ministério das Relações Exteriores.

MRE (2007) *Ações de cooperação Sul – Sul executadas pelo Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial - Ministério das Relações Exteriores.

MRE: Ministério das Relações Exteriores <http://www.mre.gov.br/> [20 de Maio de 2009].

Naím, Moisés (2007) "Rogue aid" *Foreign policy*. 159, 95 - 96.

New York Times (2005) "Brazil's Right to Save Lives" *New York Times*. 23 de Junho.

OCDE: Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento www.ocde.org [24 de Abril de 2009].

ONU (2004) *Economic and technical cooperation among developing countries (A/RES/58/220)*, Resolution adopted by the 58th General Assembly. Organização das Nações Unidas.

ONU (2005) *The state of South - South cooperation (A/60/257)*, Report of the Secretary General. Organização das Nações Unidas.

ONU (2005a) *Third cooperation framework for South-South cooperation (2005-2007) (DP/CF/SSC/3/Rev.1)*, Executive board of the United Nations

Development Programme and of the United Nations Population Fund. Organização das Nações Unidas.

ONU (2007) *Examen des progrès réalisés dans l'application du Plan d'action de Buenos Aires, des nouvelles orientations de la coopération Sud-Sud et des décisions du Comité (SSC/15/1)*, Comité de haut niveau pour l'examen de la coopération Sud-Sud. Organização das Nações Unidas.

Oliveira, Henrique Altemani de (2006) "China - Brasil: perspectivas de cooperação Sul-Sul" *Nueva sociedad*. 203, 138 - 147.

Ortells, Pacual (2003) "Brazil's response to AIDS: a model for the South" *Cooperation south*, 62 – 77.

Ortiz, Isabel (2008) "New Developments in South-South Cooperation" *South bulletin: Reflections foresights*. 14, 7 – 9.

Pankaj, Ashok Kumar (2005) "Revising Foreign Aid Theories" *International studies*. 42, 103 – 121.

Paranaguá, Paulo A. (2003) "A Cancún, le Brésil est devenu un acteur global" *Le monde*. 30 de Setembro de 2003.

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: <http://www.undp.org/> [27 de Maio de 2009].

Putnam, Robert D. (1988) "Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level game" *International organization*, 42 (3), 427 – 460.

Ramos, Bárbara Oliveira (2006) *Tese de Mestrado: A cooperação internacional e os debates teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil*. Brasília: Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Riddell, Roger C. (2007) *Does foreign aid really work?* Oxford: Oxford University Press.

Sagasti, Francisco (1999) "The shape of things to come: development cooperation 21st century" *Cooperation south*. 2, 20 – 44.

Saksena, K. P. (1985) "International framework and South – South cooperation: Constraints and opportunities" *International studies*. 22 (3), 199 – 214.

Strange, Susan (1996) *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

South Centre (2008) *Reshaping the international development cooperation architecture: Perspectives on a strategic development role for the Development Cooperation Forum (DCF)*. Geneva: South Centre.

Souza, Amaury (2002) *A agenda internacional do Brasil: um estudo sobre a comunidade brasileira de política externa*. Rio de Janeiro: Centro brasileiro de relações internacionais.

The Economist (2006) "Lula's world" *The economist*. 03 de Março.

Validre, Jean-Louis (2003) "Les ambitions internationales de Lula président" *Le figaro*. 13 de Novembro.

Waltz, Kenneth (1979) *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill.

Woods, Ngaire (2005) "The shifting politics of foreign aid" *International affairs*. 81 (2), 393 – 409.

Woods, Ngaire (2008) "Whose aid? Whose influence? China, emerging donors and the silent revolution in development assistance" *International affairs*. 84 (6) in <http://www.globaleconomicgovernance.org/docs/ChinaNew%20donorsIA.pdf> [15 de Maio de 2009].